

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS UNIDADE UNIVERSITÁRIA
ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS NELSON DE
ABREU JÚNIOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM “TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES
CULTURAIS NO CERRADO”**

JOSUÉ PATROCINO MACHADO JÚNIOR

**ECONOMIA DA FOME: UM ESTUDO SOBRE A (IN)
SEGURANÇA ALIMENTAR EM GOIÁS PÓS-MODERNIZAÇÃO
AGRÍCOLA**

**ANÁPOLIS
2022**

JOSUÉ PATROCINO MACHADO JÚNIOR

**ECONOMIA DA FOME: UM ESTUDO SOBRE A (IN) SEGURANÇA
ALIMENTAR EM GOIÁS PÓS MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito Parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais no cerrado.

Orientadora: Prof. Dr. Roseli Martins Tristão Maciel

Coorientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier

Anápolis
2022

JOSUÉ PATROCINO MACHADO JÚNIOR

**ECONOMIA DA FOME: UM ESTUDO SOBRE A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR EM
GOIÁS PÓS MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito Parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais no cerrado.

Orientadora: Prof. Dr. Roseli Martins Tristão Maciel

Coorientador: Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier

Banca examinadora

Prof. Dra. Roseli Martins Tristão Maciel
Orientadora

Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier
Coorientador

Prof. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas Lima

Membro UEG/TECCER

Prof. Dr. Murilo José de Souza Pires

Membro externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares e amigos, que estiveram ao meu lado durante toda a pesquisa. A professora Divina pelas orientações iniciais e pela ajuda durante todo o trabalho, mesmo quando não era mais a orientadora. A professora Roseli e ao professor Glauber pelas orientações e correções.

Resumo

O objetivo que deu origem a esta dissertação foi estudar a insegurança alimentar em Goiás no período pós modernização agrícola, a partir de 2000. Foi analisado, primeiramente, o processo de modernização agrícola do período da Ditadura Militar (1964-1985), que trouxe consigo o pacote tecnológico da Revolução Verde e que envolveu a adoção de novas tecnologias de plantio na tentativa de resolver o problema da fome nos países ditos subdesenvolvidos, utilizando como base as pesquisas de Frederico (2008) e Pires (2009). Logo após, foi discutido o conceito de segurança alimentar e feito um levantamento histórico das políticas públicas contra a fome no Brasil, através de Susan George (1978), Adas (1988) e Josué de Castro (1984). Por fim, foram analisados os dados sobre a insegurança alimentar no período da pandemia no Brasil, e depois, utilizando os dados da PNAD, foram analisados os resultados das pesquisas sobre a insegurança alimentar em Goiás no período pós 2000.

Palavras-chave: Fome; Revolução Verde; Segurança Alimentar; Goiás.

Abstract: The objective that gave rise to this dissertation was to study food insecurity in Goiás in the period after agricultural modernization of the period of the Military Dictatorship (1964-1985), which brought with it the technological package of the Green Revolution and which involved the adoption of new planting technologies. in an attempt to solve the problem of hunger in the so-called underdeveloped countries, using Frederico (2008) and Pires' (2009) research as a basis. Soon after, the concept of food security was discussed and a historical survey of public policies against hunger in Brazil was made, through Susan George (1978), Adas (1988) and Josué de Castro (1984). Finally, data on food insecurity in the period of the pandemic in Brazil were analyzed, and then, using PNAD data, the results of research on food insecurity in Goiás in the post-2000 period were analyzed.

Keywords: Hunger; Green Revolution; Food Security; Goiás

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de tratores por estabelecimento de 1970 a 2017.....	26
Tabela 2: Número de estabelecimentos que utilizaram apenas adubação química de 1970 a 2017	27
Tabela 3: Porcentagem de domicílios em situação de insegurança alimentar em Goiás de 2004 a 2018.....	59

LISTA DE SIGLAS

CAIS- Complexo Agroindustrial

CANG- Colônia agrícola nacional de Goiás

CEAGESP- Companhia de entrepostos e armazéns gerais de São Paulo

CIA- Agência central de inteligência

CONSEA- Conselho nacional de segurança alimentar

DIEESE- Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos

EBIA- Escala brasileira de insegurança alimentar

ENDEF- Estudo nacional de despesas familiares

FAO- Organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura

FIPE- Fundação instituto de pesquisas econômicas

IA- Insegurança alimentar

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMC- Índice de massa corporal

INAN- Instituto nacional de alimentação e nutrição

KM- Quilômetros

LOSAN- Lei orgânica de segurança alimentar e nutricional

MNLM- Movimento nacional de luta pela moradia

NTIC- Novas tecnologias de informação e comunicação

OMS- Organização mundial da saúde

ONG- Organização não governamental

OPEP- Organização dos países exportadores de petróleo

PNAD- Pesquisa nacional por amostra de domicílios

PNAN- Política nacional de alimentação e nutrição

PND- Plano nacional de desenvolvimento

SAN- Segurança alimentar e nutricional

SISAN- Sistema nacional de segurança alimentar e nutricional

SNCR- Sistema nacional de crédito rural

UNISINOS- Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

Capítulo I: a modernização e o fim da fome	13
1.1 O conflito social no campo	20
1.1.1 Modernização conservadora	22
1.1.2 A fome enquanto problema.....	23
1.1.3 O II PND e o Governo Geisel	25
1.2 A Revolução Verde	26
1.2.1 O Estado brasileiro e a modernização agrícola	28
1.2.2 A Revolução Verde no Cerrado	30
1.3 Anos 90: a Agricultura científica globalizada	35
Capítulo II- Segurança alimentar: conceito e medição	37
2.1 O que é segurança alimentar?	37
2.2 A história do debate sobre a fome.....	39
2.3 Discussões acadêmicas sobre a fome	44
2.4 Políticas de combate a fome no Brasil	50
2.5 Medindo a insegurança alimentar	54
Capítulo III- A insegurança alimentar em Goiás	58
3.1 A fome no Brasil de 2020.....	58
3.1.2 A fome de 2020 e 2021 na mídia	62
3.1.3 Pandemia e aumento de preços	65
3.2 Insegurança alimentar em Goiás: antes e depois	66
3.2.1 A insegurança alimentar em Goiás de acordo com os PNAD's.....	67
3.3 A insegurança alimentar no Centro-Oeste durante a pandemia de Covid-19.....	71
Considerações finais	74
Referências	76

INTRODUÇÃO

O pacote tecnológico da Revolução Verde foi adotado nos países denominados subdesenvolvidos baseando-se no discurso de fim da fome. Até então, acreditava-se que a fome e a subnutrição nesses países estavam relacionados à uma suposta baixa quantidade de alimentos produzidos. Desta forma, a adoção de novas tecnologias que levariam ao aumento do plantio poderia sanar o problema.

No Brasil, o pacote foi adotado durante o período da Ditadura Militar (1964 – 1985) através de políticas estatais que somavam a concessão de crédito ao incentivo à pesquisa, que era feita por empresas estatais. Após a implantação do processo, a produção de alimentos aumentou junto com o uso de agrotóxicos e insumos, no entanto, o problema da insegurança alimentar não chegou a ser resolvido, o que levou o governo brasileiro, no início do século XXI, a promover políticas de transferência de renda na tentativa de sanar o problema.

O objetivo desta dissertação é estudar a insegurança alimentar em Goiás, tendo como marco temporal o período pós modernização agrícola, particularmente após o ano 2000. No século XXI, as pesquisas do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - utilizaram do método EBIA- Escala Brasileira de Insegurança Alimentar- para chegar às porcentagens de domicílios em situação de insegurança alimentar. A adoção deste novo método permite que se perceba a insegurança a alimentar a partir da realidade dos moradores, ao mesmo tempo, que dificulta a comparação com as pesquisas do século XX, que utilizaram outros métodos.

O método utilizado nesta pesquisa é principalmente qualitativo, utilizando dados e fazendo análise dos mesmos. A abordagem qualitativa é originária da Sociologia e da Antropologia, e defende a necessidade de compreender as interpretações que os atores sociais possuem do mundo. Segundo Gomes, Deslandes e Minayo (2012, p.79),

à análise e a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não têm como finalidade contar opiniões de pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar. Esse conteúdo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costumam ter muitos pontos em comum, ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor.

Além disso, a pesquisa bibliográfica foi importante, já que elucidou conceitos e foi utilizada nos levantamentos históricos. Para abordar o processo de modernização conservadora, no primeiro capítulo, foram utilizados Frederico (2008) e Pires (2009). No segundo capítulo a questão da insegurança alimentar foi discutida principalmente pelo olhar de Susan George (1978), Adas (1988) e Josué de Castro (1984). No terceiro capítulo, as análises de Hoffman (2021) sobre os dados nacionais do PNAD de segurança alimentar foram de extrema importância, além das pesquisas e análises da Penssan (2021).

Esta dissertação está dividida em três capítulos, sendo que no primeiro foi analisado o processo de modernização agrícola do período da Ditadura Militar (1965-1985). Para isso, iniciou-se com uma discussão sobre o surgimento da apropriação de terra no capitalismo, a evolução da propriedade de terras no Brasil e o projeto denominado “Marcha para o Oeste” implantado pelo governo de Getúlio Vargas, em um período que buscou levar o “desenvolvimento” e, também, a “modernização” capitalista para o Cerrado, apesar de suas diferenças com o processo de modernização posterior.

Em seguida, foi analisado o processo de modernização idealizado durante o período da Ditadura Militar- conhecida como Modernização Conservadora, visto que não trouxe mudanças na estrutura agrária existente no país e, sim, apenas mudanças tecnológicas –sob a forma de um pacote tecnológico que ficou conhecido como Revolução Verde, caracterizado pela introdução de novas tecnologias de plantio no campo, objetivando o aumento da produção agrícola. Por último, foi feita uma discussão a respeito da Agricultura Científica Globalizada, que caracteriza o modelo agrícola brasileiro a partir dos anos de 1990.

No segundo capítulo foi feita a análise dos conceitos de segurança e insegurança alimentar, utilizando os estudos de Josué de Castro (1984) e Susan George (1978) que servirão de base para a análise e discussão do objeto de pesquisa. Além disso, foram analisados os métodos utilizados para a medição do que se considera segurança alimentar, tanto os que são baseados no histórico médico, quanto nos indicadores econômicos. O terceiro capítulo começa com uma análise da fome no período da pandemia, no Brasil como um todo. Utilizando inicialmente os dados da Penssan- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - além de notícias de jornais, foram analisados os efeitos da pandemia no aumento da insegurança alimentar no país. Logo após foi discutida a insegurança alimentar em Goiás no período que havia sido determinado (2000-2020).

CAPITULO I

A MODERNIZAÇÃO E O FIM DA FOME

Neste capítulo, o foco da discussão será o processo de modernização agrícola que ocorreu durante a Ditadura Militar, e trouxe consigo o pacote tecnológico da Revolução Verde, justificado pela ideia de “fim da fome”. De acordo com Lunas (2001), a Revolução Verde pode ser definida como um conjunto de inovações introduzidas no sistema produtivo brasileiro, o que levou, dentre outras coisas, à superação do “atraso” tecnológico.

Portanto, a Revolução Verde é colocada como um “pacote tecnológico”, que envolve insumos, agrotóxicos etc. A ideia e a prática de constante desenvolvimento tecnológico é parte inerente ao modo de produção capitalista, portanto, estas medidas visavam atender, também, sua expansão.

O capitalismo, já em seus primórdios, se caracterizou pelo modelo de desapropriação de terra que prejudicava os camponeses. O conceito de propriedade privada da terra - e de terra enquanto mercadoria - só pode ser aplicado ao sistema de direito burguês. No direito romano, a terra era considerada comunal, no mundo feudal, a terra tinha seu fundamento na lealdade, não havendo também a ideia da mesma enquanto mercadoria (ANDRADE, 2018).

A expropriação de terra dos camponeses durante a revolução agrária - parte importante das revoluções burguesas na Europa - objetivava o acúmulo de capital, transformando as antigas propriedades feudais em mercadorias, em um processo único na história. É preciso ter em mente que, durante o período feudal, o camponês possuía uma certa segurança sobre seu direito de uso fruto à terra, além de poder recorrer ao senhor feudal em alguns casos,

Pois o velho sistema tradicional, embora ineficaz e opressor, era também um sistema de considerável certeza social e, num nível bastante miserável, de alguma segurança econômica, para não mencionarmos que era consagrado pelo costume e a tradição. As fomes periódicas, o peso do trabalho, que faziam os homens se tornarem velhos aos 40 anos de idade e as mulheres aos 30, eram atos de Deus; só se transformaram em atos pelos quais os homens eram considerados responsáveis em tempos de miséria anormal ou de revolução. A revolução legal, do ponto de vista do camponês, não lhe deu nada exceto alguns direitos legais, mas lhe tomou bastante. Por exemplo, na Prússia, a emancipação deu-lhe dois-terços ou a metade da terra que eleja cultivava e a libertação do trabalho forçado e de outras obrigações; mas formalmente lhe tomou: sua possibilidade de reivindicar a assistência do senhor feudal em tempos de colheita ruim ou de praga do gado; seu direito de retirar ou comprar combustível barato das florestas do senhor; seu direito à assistência do senhor para reparos ou reconstrução de sua casa; seu direito, no caso de extrema pobreza, de pedir ajuda ao senhor para pagar os impostos; e seu direito de dar de pastar aos animais nos campos do senhor. Para o camponês pobre parecia uma troca nitidamente desfavorável. (HOBSBAWM, 1996 p.162)

Essa situação desfavorável, provocada pela “revolução legal” que transformou às antigas terras feudais em mercadorias, chegou a tal ponto que, em dado momento, os camponeses se juntaram a movimentos - muitas vezes com o auxílio da Igreja - que lutavam pela volta do antigo sistema, baseado nos costumes e nas antigas tradições.

Polanyi (2000), ao abordar a política de cercamentos dos campos durante o primeiro período Tudor na Inglaterra, destaca que a mesma foi chamada de “revolução dos ricos contra os pobres”. Ainda de acordo com o autor, ao transformarem as antigas propriedades feudais em mercadoria e expulsarem seus moradores, os nobres perturbaram a ordem social e destruíram os costumes, utilizando-se de violência ou intimidação.

O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. (POLANYI, 2000, p.53)

A partir disto, podemos concluir que a história da propriedade da terra no capitalismo traz, desde seu início, grandes desigualdades que ainda não foram resolvidas. Obviamente, isto não quer dizer que o sistema feudal, ou os sistemas anteriores a este, se caracterizassem por uma distribuição igualitária das terras, mas sim

que o sistema capitalista transformou a terra em mercadoria e, também, trouxe em seu início essa desigualdade e fez surgir, com o surgimento do proletariado urbano.

Nesse contexto, vários camponeses, de forma compulsória, abandonaram o mundo rural e foram se arriscar nas cidades, onde o aumento do número de fábricas lhes dava a esperança de poderem trabalhar como operários, no entanto, a grande maioria deles, acabou vivendo uma vida de miséria nos subúrbios.

No Brasil, podemos observar que fatos semelhantes ocorreram na segunda metade do século XX, principalmente, a expropriação do campesinato e consequente êxodo rural (PALMEIRA, 1989). A estrutura da distribuição de terras brasileiras sempre se caracterizou, desde o período colonial, pelo latifúndio e, no caso da agricultura, pela monocultura (Prado Júnior, 1970) e, mesmo em nossos dias, tende a aumentar.

De acordo com Schwarcz (2019), o censo de 2010, mostra que o número de grandes propriedades continuou a crescer, ao passo que as pequenas sofreram o processo contrário, se comparado ao censo de 2003. Ou seja, o sistema desigual que compreende latifúndio e monocultura se encontra no Brasil desde sua gênese, sofrendo poucas modificações.

Consideramos necessária aqui, uma rápida digressão a fim de observar a raiz histórica deste processo. No início da ocupação do território brasileiro, os portugueses se utilizaram do sistema de feitorias, como já faziam no continente africano, e o Brasil foi arrendado a um consórcio de comerciantes de Lisboa.

A partir da década de 30 do século XVI, Dom João III começou a utilizar o sistema de capitanias hereditárias, dividindo o Brasil em quinze regiões com diferentes donos, entre burocratas comerciantes e nobres, todos ligados à Coroa; mais tarde, essa divisão falhou e optou-se pela grande propriedade, que seria adequada à produção com vistas ao mercado externo (FAUSTO, 2006).

De acordo com Mueller (2005), após o abandono das capitanias hereditárias, a Coroa decidiu adotar um sistema de concessão de terras, com posse plena àqueles que se comprometessem a destiná-las à produção. Com isso, grandes propriedades foram cedidas gratuitamente, geralmente àqueles próximos da Coroa. Ainda de acordo com o autor, após a independência grande parte das terras, mesmo nas regiões mais povoadas, ainda eram do governo, e a principal forma de concessão ainda era o sistema de posse. Como esse sistema falhou em estabelecer adequadamente os direitos de propriedade sobre a terra, a disputa através da violência aumentou.

Sendo assim, em 1850, foi aprovada a Lei de Terras, que estabeleceu que, da sua aprovação em diante, as terras só poderiam ser adquiridas por meio da compra. Mueller (2005) destaca que a lei foi resultado da pressão exercida pelos grandes proprietários, que visavam limitar a invasão de suas terras; em certa medida, de acordo com o autor, a lei tornou a propriedade de terra nas áreas assentadas mais segura.

Mueller (2005), também pontua que o Regime Republicano, instaurado em 1889, transferiu a jurisdição das terras que eram públicas para as províncias, que passaram a alocar terras públicas, visando promover adensamentos demográficos e expansão agrícola. No entanto, o autor ressalta que isso foi feito de forma descontrolada, o que resultou em ocupação de terras sem título de propriedade, ou até mesmo com títulos concorrentes. No mesmo período houve também a expansão da fronteira de subsistência, o que resultou num grande número de colonos ocupando pequenas porções de terras.

Mueller (2005) afirma que as pequenas ocupações somadas aos latifúndios consolidaram no Brasil a visão dualista de latifúndio/minifúndio, com o Brasil rural sendo visto como uma área atrasada e pré-capitalista. O principal interesse dos grandes proprietários era manter ou aumentar seu poder político e social, e não na maximização do lucro em si, o que resultou num modelo extensivo do uso da terra e exclusão dos pequenos agricultores.

Como havia pouca terra à disposição, os pequenos proprietários se voltaram para a produção de culturas de subsistência, sendo essa a principal causa da escassez de alimentos ocorrida na década de 50; a agricultura não conseguia responder adequadamente as necessidades do setor urbano-industrial que estava emergindo.

A respeito do processo de modernização levado a cabo durante o período militar, Pires (2008, p.27) afirma que “[...] não houve uma ruptura com a estrutura fundiária herdada do período colonial e da Lei de terras de 1850 [...]”, dessa forma, podemos concluir que mesmo durante o período imperial e todas as políticas de modernização do século XX, a velha estrutura fundiária- que, como já falado, é característica do antigo sistema colonial brasileiro- manteve-se praticamente inalterada.

No Centro-Oeste, o primeiro processo de modernização do campo durante o século XX foi feito durante a Marcha para o Oeste, na década de 40, no período Vargas. No entanto, antes de avançar para o processo em si, é preciso compreender a ideologia que deu origem ao mesmo.

O estado de Goiás se insere no que antigamente era denominado sertão. De acordo com Lima (2013), essas regiões eram inicialmente tidas como atrasadas, dominadas pela natureza e povoadas por pessoas de “raças inferiores”. Seu oposto era o Litoral, povoado principalmente por brancos e que tentava constantemente ser uma espécie de cópia da Europa.

Sertão, nessa perspectiva, é concebido como um dos polos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie. No outro polo, litoral não significa simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização. (LIMA, 1999, p. 107).

Ainda de acordo com a autora, com a chegada da República, em 1889, os nacionalistas passaram a ter outra visão sobre essas regiões, passando a enxergá-las como verdadeiras portadoras da brasilidade, tanto no sentido cultural como no “racial”. Mais tarde, a partir da década de 30, movidos por essa nova visão e imbuídos da ideologia nacionalista, o governo Vargas colocou em prática a Marcha para o Oeste, proclamando-se como os novos bandeirantes.

Do ponto de vista da fronteira, a Marcha pretendia integrar as regiões antigamente conhecida como Sertão ao cenário nacional e, para convencer a população, o discurso Republicano do Sertão como portador da brasilidade foi utilizado, havendo, então, a legitimação da política de ocupação e expansão da fronteira através desta ideologia (BESKOW, 2007).

De acordo com Borges (2000), a fronteira era o destino dos pequenos agricultores, no entanto, esses pequenos assentamentos acabavam tendo vida curta e logo eram incorporados pelas grandes fazendas. Dessa forma, o processo acabou contribuindo para a reprodução do latifúndio. Ainda de acordo com o autor, a expansão da fronteira contribuiu para o aumento da produção de alimentos. Assim sendo, a expansão da fronteira, ou seja, a ocupação dos locais não habitados- ou habitados por indígenas- estava entre as principais preocupações do governo varguista.

No entanto, os interesses centrais da Marcha eram os econômicos. Primeiramente, havia o interesse na migração para o Centro do Brasil para desafogar os grandes centros urbanos, além disso à modernização e o aumento da produção de

alimentos em Goiás poderia beneficiar os grandes centros urbanos, que comprariam do Estado (COELHO,2010).

Para facilitar e atrair imigrantes, foi criada a CANG, Colônia Agrícola Nacional de Goiás. De acordo com Borges (2000), ela se localizava no Vale do São Patrício, e tratava-se, como dito, de uma ação do governo para promover a ocupação da fronteira, e seu fundador foi Bernardo Sayão. Ainda de acordo com o autor, 75% dos seus moradores eram mulatos ou negros, e chegavam com suas famílias de trem de ferro até Anápolis.

Na época, no intuito de atrair mais migrantes, o governo prometeu as famílias orientação técnicas a respeito das novas formas de plantio. No entanto, não foi o que aconteceu. De acordo com o programa oficial de colonização, os assentados teriam assistência financeira e orientação técnica, visando à modernização da produção agrícola regional. Seriam utilizados novos métodos de cultura intensiva, substituindo velhos hábitos nas rotinas dos lavradores. Na verdade, tal meta não foi cumprida. Os colonos continuaram adotando os métodos tradicionais e predatórios de cultivo- como a coivara- que resultaram, segundo Bernardes (1983), na maior catástrofe ecológica de Goiás (BORGES, 2000, p. 77)

No entanto, é preciso frisar que apesar do investimento feito e da atração de migrantes, a colônia- e também as pequenas propriedades- foi sendo aos poucos abandonada pelo poder público, sendo logo engolida pelos latifúndios.

Ainda de acordo com Borges (2000), muitas das áreas de lavouras foram sendo substituídas por áreas de pecuária, o que causou uma grande migração rural para as cidades, esse fenômeno foi denominado de “pecuarização das lavouras”, sendo o Sudoeste goiano a única região que não passou por esse processo.

Segundo Borges (2000), após o fim do período Vargas e início do governo Dutra, o Estado relegou a iniciativa privada a responsabilidade de “colonização” da região. No entanto, esse projeto feito através da iniciativa privada não foi bem sucedido. Além disso, houve também um incentivo a imigração europeia. Seguindo dessa forma, a fronteira de Goiás ficou aberta até os anos 60.

Mais tarde, durante a Ditadura Militar, a ideia de modernização surgiu novamente, mas em um sentido diferente, focando-se mais na modernização agrícola. No entanto, as bases desse processo já estavam na Marcha para o Oeste, o primeiro processo de modernização em Goiás no século XX. De acordo com Berman (1986),

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia (MARSHALL BERMAN, 1986, p. 9)

Dessa forma, o autor demonstra que a modernidade- e os processos de modernização- são feitos com base em uma contradição e em uma “unidade de desunidade”, já que despeja as populações na desintegração, contradição e angústia. Berman (1986) destaca, também, que a burguesia, ainda que assuste a todos com fantasias sobre o desejo de vingança do proletariado, constitui, na verdade, a classe dominante mais violentamente destruidora de toda a história. Ao analisar a visão de Marx, Berman (1986) destaca que a burguesia projeta uma aura de maravilhoso sobre o mundo moderno, ao passo que esconde que a modernidade ameaça e destrói cegamente à medida que se move.

Assim, os processos modernizantes, apesar do discurso que gira em torno do progresso e da melhoria de vida, se firmam na contradição: enquanto modernizam, destroem e fomentam terror, não apenas no caso da modernização agrícola, mas em todo processo modernizante. No caso da Marcha para o Oeste e na modernização agrícola do período ditatorial, isso pode ser visto no crescimento do latifúndio e na expropriação de terras dos camponeses, ao mesmo tempo em que se discursava a favor do progresso tecnológico e do fim da fome.

Um dos fatos que demonstram a ligação da Marcha para o Oeste com o processo de modernização posterior é a própria presença do patrocínio do grupo Rockefeller na implantação de novas tecnologias no Cerrado já nos anos 40 (FRANCO, 2001), no entanto, o processo de modernização que começou com a Marcha alcança seu ponto alto durante o Governo Militar, particularmente após os anos 70, quando o governo adotou o pacote tecnológico que ficou conhecido como Revolução Verde. Outra semelhança a se observar foi à continuidade da presença do Estado no processo e do discurso de ocupação dos espaços vazios no interior do Brasil (LUNAS,2001).

No entanto, há uma continuidade ainda mais importante, que se inicia na Marcha para o Oeste e permanece até nossos dias: a modernização conservadora. Tanto para o Governo Vargas, seja na Ditadura Militar, vários pesquisadores apontam que, na verdade, o que houve foi uma modernização do latifúndio, ou seja, apenas os grandes produtores tiveram realmente acesso aos benefícios da modernização.

Apesar disso, a continuidade histórica se encontra no fato de ambos serem processos de modernização no campo, e ambos serem elitistas, no sentido de promoverem apenas uma modernização do latifúndio.

1.1 O conflito social no campo

Como dito, as políticas estatais voltadas para o campo durante o período Vargas se caracterizaram pelo elitismo, num processo que excluiu os pequenos produtores.

Para Martins (1997), o que há de mais relevante sociologicamente quando se analisa o campo no Brasil é a situação de conflito social. Esse conflito continuou com toda a sua violência durante o processo de modernização da ditadura, que assassinou indígenas e camponeses, particularmente nas regiões de fronteira,

Não só os índios da fronteira foram envolvidos na luta violenta pela terra. Também os camponeses da região, moradores antigos ou recentemente migrados, foram alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região amazônica, por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito à terra (MARTINS, 1997, p.27).

Assim, fica evidenciado que a expansão da fronteira- que caracterizou tanto a Marcha para o Oeste quanto a modernização pós 1970- gerou não apenas um conflito no âmbito da lei, mas um conflito que gerou perdas de vida, não apenas de terras. Palmeira (1989) evidencia que de 1940 a 1980, a porcentagem de cidadãos que viviam no campo e na cidade se inverteu: em 1940, 70% da população brasileira vivia no campo, enquanto 30% vivia na cidade; em 1980, 70% da população brasileira vivia nas cidades, enquanto 30% vivia no campo.

Esse processo ocorreu principalmente devido a expropriação do campesinato que, não encontrando outras terras no meio rural, se via obrigado a migrar para as

idades. Apesar disto, esse não foi um processo linear, mas sim um processo com aumentos e quedas no número de migrantes, de acordo com as diferentes situações que ocorreram no campo entre essas décadas (PALMEIRA, 1989).

Dessa forma, esse êxodo não se caracterizou pelo despojamento dos meios de produção, já que os trabalhadores rurais sempre estiveram despojados deles, mas de um processo de expulsão sistemática, com fechamento de fronteiras para os trabalhadores e a expropriação de suas relações sociais (PALMEIRA, 1989).

Nas primeiras expropriações, os trabalhadores costumavam encontrar outras terras onde podiam se estabelecer, já neste não; além disso, a expropriação de suas relações sociais envolve muitas vezes, o abandono da família e/ou abandono de terras que pertenciam a seus antepassados, causando também efeitos psicológicos.

A intenção do autor neste artigo foi evidenciar os efeitos das políticas de expropriação no campo. Apesar disso, seu foco não foi à modernização conservadora; o que podemos concluir daí é que a expropriação do campesinato não começou e nem é uma característica única da modernização conservadora do período militar, mas que é um processo que acontece frequentemente no capitalismo, desde o seu início. Durante a modernização do período Militar, não apenas a ocupação das fronteiras contribuiu para a marginalização dos pequenos proprietários, mas também outros fatores, como a expansão da produção de grãos;

A expansão da produção de grãos, além de atender aos objetivos propostos pelo Estado ao promover juntamente com os órgãos estaduais e o capital estrangeiro a ocupação do Cerrado, propiciou a marginalização dos pequenos proprietários que venderam suas terras nas áreas planas a empresas privadas e se instalaram nos relevos acidentados ou mesmo no perímetro urbano (SILVA, 2000 p.34).

Então, podemos concluir que, apesar de nem todos os processos de expropriação no Brasil do século XX, estarem ligados a modernização conservadora- que é basicamente uma modernização vinda das elites- eles não deixaram de estar presentes na mesma, e não apenas durante os processos de ocupação das fronteiras.

Os produtos modernos, importa enfatizar, expandiram-se para áreas que antes eram ocupadas por produtos tradicionais; de acordo com Silva (1981), isso não significa apenas uma substituição de culturas, pois quando se fazem essas trocas, as pequenas unidades familiares estão sendo trocadas pela produção mecanizada.

Ainda de acordo com o mesmo autor, as máquinas aumentam a sazonalidade do trabalho, o que causa mudanças nas relações de trabalho e conseqüentemente a redução salarial. De acordo com Neder (2014), a ampliação geral das áreas de cultivo de cana-de-açúcar aumentou a proporção de domicílios marginalizados no setor rural,

O que se pode afirmar aqui é que a ampliação das áreas de cultivo de cana-de-açúcar está aumentando a proporção de domicílios marginalizados do sistema produtivo rural, paradoxalmente reduzindo a proporção de domicílios pobres. Já a cultura de soja aparentemente está tendo um efeito perverso do ponto de vista social, no sentido de um impacto positivo sobre a proporção e o número de pobres no meio rural assim como a ampliação do número de domicílios desocupados e redução de domicílios da agricultura familiar (NEDER, 2014, p.652).

Assim sendo, o processo de substituição de culturas a que Silva (1981) se referiu, prova-se cada vez mais causador de desigualdades no campo.

1.1.1 Modernização conservadora

Uma modernização conservadora é basicamente uma “modernização vinda de cima” o que equivale a dizer que, apesar das mudanças tecnológicas, ela não altera o *status quo*, mantendo as desigualdades.

Portanto, a Modernização Conservadora ou as revoluções vindas de cima teve como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados. (PIRES, 2008, p.13)

O termo foi cunhado pelo pesquisador Moore Junior em 1975, e era utilizado inicialmente para descrever as revoluções burguesas, particularmente no Japão e Alemanha.

O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários. (PIRES e RAMOS, 2009, p.2)

Além disso, no Brasil, o processo não foi responsável apenas por manter as antigas desigualdades, mas também por aumentá-las, como foi o caso das disparidades de renda ou da concentração de terras;

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade se tornou mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão “modernização conservadora” (PALMEIRA, 1989, p. 1)

Dessa forma, o que os vários autores que utilizam o termo procuram explicitar é que o processo de modernização agrícola brasileiro ocorreu principalmente no nível tecnológico, mas em termos sociológicos, a velha estrutura de dominação no campo não foi totalmente rompida. Além disso, é preciso levar em consideração que o processo de modernização servia aos interesses dos grandes grupos capitalistas, tanto nacionais quanto internacionais, e que o mesmo significava a utilização do espaço agrário como local de reprodução do capital (ANDRADES e GANIMI, 2007).

Apesar do uso do termo, é preciso ter em mente que, em geral, nenhum processo de modernização altera o *status quo*, e que basicamente todos os processos de modernização capitalista foram impostos pelas elites, e tiveram consequências negativas para as populações pobres dos locais onde foram introduzidas. Assim sendo, basicamente todo processo de modernização capitalista é, por definição, uma modernização conservadora.

1.1.2 A fome enquanto problema

Os países subdesenvolvidos são conhecidos por seus problemas econômicos, o que implica que grande parte da população recebe baixos salários e conseqüentemente possui baixo acesso à alimentação de qualidade; dessa forma, pode-se concluir que o problema da fome e subnutrição nos países subdesenvolvidos não está ligado a baixa produção de alimentos, mas a baixa renda (SILVA, 1998).

Silva (1998) salienta que existem três teorias para explicar a dificuldade no acesso da população a alimentos. A primeira diz respeito a pouca produção, ou seja, o

problema da insegurança alimentar poderia ser resolvido se a produção de alimentos aumentasse. A segunda explicação coloca as dificuldades na intermediação e transporte no centro da discussão. A terceira e última aponta a renda como principal causa do baixo acesso a alimentos.

Se analisarmos o discurso feito durante o processo de implantação do pacote tecnológico, percebe-se que aqueles que foram seus idealizadores estavam alicerçados na primeira teoria, ou seja, viam na pouca produção de alimentos o principal motivo para o problema da fome, e acreditavam que se a produção de alimentos aumentasse, o problema seria resolvido. Esse aumento, então, viria da incorporação de novas tecnologias, que trariam consigo novas máquinas e insumos.

De acordo com Alves (2013), o contexto da Guerra Fria precisa ser analisado quando se estuda a implantação do pacote tecnológico. A guerra, que não aconteceu em forma de conflito armado direto entre os dois países, mas aconteceu principalmente no campo ideológico, explica a forma com que o pacote da Revolução Verde foi instalado nos países do chamado terceiro mundo. Em troca do fornecimento das novas tecnologias- para combater a fome nesses países- o alinhamento a política estadunidense era necessário,

Nesse ambiente de conflitos no cenário internacional dos países do assim chamado “Terceiro Mundo”, eram-lhes exigidos em troca do fornecimento da tecnologia agrícola da Revolução Verde, que seria implementada pelas fundações filantrópicas americanas Rockefeller e Ford, o empenho, o alinhamento com as causas do bloco capitalista e, conseqüentemente, auxiliar no “combate ao comunismo” dentro de suas fronteiras. O alinhamento dos países beneficiados pela Revolução Verde deveria ser na esfera política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica. Deveriam realizar profundas reformas econômicas de modo a alcançar um objetivo: aumentar a produção de alimentos e erradicar a fome e a miséria de seus territórios. (ALVES, 2013, p. 28)

Assim, podemos observar que o processo não ocorreu pelo “fim da fome”, mas foi resultado de tensões políticas e de uma política de troca, além disso, como se sabe, houve um aumento na produção de alimentos, mas não o prometido fim da fome.

De acordo com Barros (2014), a agricultura representou, nos períodos anteriores ao século XX, uma parte considerável do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, chegando a 45% no fim do século XIX, enquanto a indústria representava 11,6%. Ainda de acordo com o mesmo autor, já em 1940 o PIB agrícola havia encolhido para pouco menos de 30%, ao passo que o PIB industrial já estava em 19%

e, foi nesse momento de avanço da indústria que o estado nutricional da população começou a ser visto como um problema.

Assim sendo, a publicação de Geografia da Fome, de Josué de Castro, alertou para o problema fazendo com que o governo Vargas avançasse de três formas: a primeira foi à intervenção nos preços dos alimentos, a segunda foi o avanço da Marcha para o Oeste, e a terceira foi o investimento pesado na indústria, vista como um motor do crescimento, visando à geração de empregos e conseqüentemente a melhora da renda da população.

1.1.3. O II PND e o governo Geisel

O processo que envolve o pacote tecnológico da Revolução Verde se inicia a partir do II PND, feito no final de 1974, durante o governo de Ernesto Geisel. Nesse período, o Brasil vinha do chamado Milagre Econômico, período de considerável aumento no consumo das famílias que, no entanto, começou a mostrar retração antes da metade dos anos 70; a crise do petróleo fez também como que os preços de matérias-primas e insumos aumentassem, o que prejudicou a economia brasileira, que era altamente dependente da importação desses produtos (MANTEGA, 1997).

A partir de então, a solução adotada pela equipe econômica de Geisel foi o investimento na indústria nacional de bens de capital, através do crédito e das políticas de aumento tarifários a produtos estrangeiros, já que naquele período esse segmento da indústria crescia menos que os outros e, o setor de bens de produção crescia a um nível consideravelmente maior,

Uma vez implantado, o setor de bens de produção deixara de crescer a taxas explosivas e vai acompanhar o ritmo de crescimentos dos demais segmentos industriais, perdendo, gradativamente, os privilégios tarifários e financeiros que recebera na fase de implantação. (MANTEGA, 1997, p.37)

De acordo com o mesmo autor, é preciso cautela ao analisarmos o crescimento da indústria de bens de capital- (bens que são considerados “intermediários” para a produção de outras mercadorias. Dentre os bens de capital estão máquinas, fábricas, motores etc.) durante o II PND, já que essa indústria não se tornou maior nem suprimiu as outras, mas, durante essa política econômica, se equiparou a elas, resolvendo a desigualdade nos setores industriais do período.

No entanto, apesar dos investimentos de Geisel na indústria nacional, outros autores destacam que a Revolução Verde não se completou sem um pesado investimento em importações. Além disso, mesmo com uma política econômica de cunho mais nacionalista que as anteriores, os interesses externos ainda continuavam ditando o ritmo das políticas adotadas no PND.

No Brasil vivíamos a época do regime militar, implantado em março de 1964. Os planos de desenvolvimento, traçados pelos dirigentes, estavam atrelados ao capital internacional, que por sua vez ditava as regras do jogo em relação à agricultura. (FRANCO, 2001, p.34)

Dessa forma, pode-se inferir que o processo não se completou apenas através de investimentos nacionais, mas que foi feito através do investimento e interesse externos.

1.2 A Revolução Verde

Dentro do processo de modernização agrícola iniciado na década de 1960, e após o II PND, destaca-se o pacote tecnológico da Revolução Verde. Este pacote caracterizava-se principalmente como uma mudança na base tecnológica do processo produtivo agrícola, com maquinários e insumos modernos, levando a superação do atraso tecnológico; sua origem encontra-se na implantação do parque industrial brasileiro ainda na década de 50 (LUNAS, 2001).

Ressalta-se que não foi apenas uma adaptação das atividades, sendo, na verdade, a mais significativa mudança de base tecnológica já feita no sistema produtivo agrícola brasileiro. Por fim, este processo culminou na industrialização da agricultura alterando completamente a estrutura produtiva do Brasil.

Devido às grandes alterações em vários aspectos - desde o econômico até as relações com a natureza - que o processo de modernização agrícola traria, era preciso um motivo convincente, um discurso que antecederesse as mudanças e lhe conferisse uma base não apenas ideológica, mas uma base moral. Este processo de mobilização da sociedade brasileira em defesa do discurso de modernização agrícola brasileiro foi comandado pelo Estado, baseado principalmente em uma diversidade de políticas públicas de crédito e de ocupação de áreas conhecidas como “espaço vazios” no Brasil (LUNAS, 2001).

Outro discurso, fortemente reforçado no modelo de modernização agrícola brasileiro, foi o fim da fome. Dessa forma, podemos dizer que a Revolução Verde foi gestada, pelo menos nas suas diretrizes de implantação em vários países, com o ideal de trazer segurança alimentar. Sendo o Brasil um país ainda considerado subdesenvolvido e que convivía com um grave problema de fome, o processo de modernização agrícola comandado pela Revolução Verde poderia vencer este entrave ao seu desenvolvimento e ainda proporcionar um ganho produtivo para o mercado mundial na produção de alimentos.

Como dito anteriormente, a condição de país subdesenvolvido, aliada ao problema da fome e o contexto da Guerra Fria, fizeram com que o Brasil fosse um local perfeito para abrigar o processo modernizador. De acordo com Silva (1998), uma das teorias que explicava a fome era a da logística, que via nas dificuldades de transporte e armazenamento a principal causa da fome. Dessa forma, a melhora nos sistemas de armazenamento e domínio da logística, além de facilitarem o transporte, ajudou os produtores a não depender excessivamente dos detentores de unidades armazenadoras.

O sistema de armazenamento se destaca como um dos principais elos logísticos dos diversos circuitos espaciais produtivos agrícolas, em especial aqueles localizados nos *fronts* agrícolas devido à distância entre as regiões produtoras e os portos exportadores e os locais de consumo. Os armazéns são de fundamental importância em todas as etapas produtivas dos produtos agrícolas: na produção (*strictu sensu*), na circulação, na distribuição e consumo (FREDERICO, 2008, p. 3)

Frederico (2008) utiliza em seu trabalho o conceito de *fronts* agrícolas, que são as áreas onde a agricultura moderna se expande. De acordo com o autor, os *fronts* correspondem a “[...] territórios onde a agricultura nasce com grandes conteúdos em técnica, ciência e informação.” (Frederico, 2008, p. 27). Houve fatores importantes para a instalação dos novos *fronts*, particularmente o baixo preço das terras, incentivo estatal e imigração de novos agentes (FREDERICO, 2008).

A intenção de modernizar o setor agrícola através da incorporação de tecnologias fez com que aumentasse o investimento em pesquisas, realizadas principalmente por grandes empresas multinacionais que pertenciam ao segmento de insumos (LUNAS, 2001). No entanto, o Estado brasileiro também investiu na pesquisa e na criação de empresas, como a EMBRAPA,

Dentre os vários objetivos da EMBRAPA destacam-se: planejar, supervisionar, orientar, controlar e executar ou promover a execução de atividades de pesquisa agropecuária, com o objetivo de produzir conhecimentos tecnológicos a serem empregados no desenvolvimento da agricultura nacional, exercer a coordenação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, mediante convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. (FRANCO, 2001, p.5)

Apesar disso, é preciso ter em mente que, sendo o processo tocado pelo capital internacional, não seria interessante que os países subdesenvolvidos desenvolvessem tecnologias próprias que pudessem fazer concorrência as tecnologias das grandes multinacionais. Assim sendo, essas empresas serviam principalmente como disseminadoras das tecnologias criadas e vendidas pelas grandes multinacionais (FRANCO, 2001). No entanto, de acordo com Lunas (2001), essas tecnologias foram desenvolvidas fora do sistema produtivo em que seriam inseridas, o que acabou provocando certa dificuldade na adaptação.

1.2.1 Estado brasileiro e modernização agrícola

Assim como feito durante a Marcha para o Oeste, a presença do Estado foi crucial para o sucesso da modernização tecnológica. De todas as ações, é o crédito rural que pode ser considerado como o principal instrumento que possibilitou a implantação do pacote tecnológico (LUNAS, 2001).

De acordo com Palmeira (1989) a concessão de crédito por parte do governo, assim como vários outros benefícios, também seguiu um caminho que beneficiou apenas as elites, com os pequenos agricultores sendo deixados de lado. Sem acesso aos produtos industriais e sem acesso ao crédito, restou a esses pequenos proprietários apenas a migração para as áreas urbanas.

Além disso, o uso de máquinas teve um grande impacto sobre o emprego no setor rural, já que as mesmas substituíram a mão-de-obra (LUNAS, 2001), isso levou alguns autores a concluir que, apesar da agricultura moderna ter cumprido relativamente bem suas funções, a liberação de mão-de-obra- ou êxodo rural- foi excessiva (RAMOS, 2007).

Guidolin (2002) destaca que a partir da década de 70 o Estado passou a ter maior participação na economia; no entanto, durante a crise econômica dos anos 80 a política de crédito rural foi reformulada, havendo uma redução dos recursos acompanhada de aumento dos juros. A mesma autora, citando Belik e Paulillo (2001), apresenta um

modelo de três períodos do crédito rural: o primeiro, que durou até o fim dos anos 70, vigorou durante a intensificação do processo modernizador, em que o poder público disciplinou todos os aspectos da política agrícola; ou seja, esse período compreende o início da modernização agrícola.

O segundo período compreende a época da auto-regulação, e dura do fim da década de 70 até meados da década de 80. A característica desse período é a menor presença do Estado na política agrícola, e também a menor disponibilidade de recursos, ao mesmo tempo em que os vários seguimentos agrícolas buscavam sua consolidação, que ocorreu com a expansão dos CAIS- Complexos Agroindustriais - um conjunto de processos que se caracterizam pela união entre agricultura e indústria, gerando uma dependência da primeira com relação à última.

O terceiro período continua a partir de meados dos anos 80, momento em que houve a perda de regulação, com uma política agrícola que já não era mais ampla, era apenas compensatória, com o crédito governamental cada vez mais restrito. Neste terceiro momento, tanto as agroindústrias quanto seus fornecedores começam a captar recursos no exterior, momento em que começa também a aproximação da atividade agrícola do mercado financeiro (GUIDOLIN, 2002).

Silva (1998) salienta que mesmo com as dificuldades encontradas durante o período do choque do petróleo, o governo Geisel empreendeu vultosos investimentos no setor energético, em programas como o Proálcool ou a construção da Hidrelétrica de Itaipu, conforme previsto nos marcos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). De acordo com Lunas (2001), após a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, ganhou força o movimento de incorporação de técnicas e de novos insumos agrícolas.

Dessa forma, o SNCR pode ser classificado como uma das ações estatais mais significativas no que diz respeito ao processo modernizante, possuindo uma linha de crédito de investimentos, que incentivavam a adoção e incorporação do novo padrão, uma linha de crédito de custeios, para a manutenção, e uma linha de crédito de comercialização, que manteria a rentabilidade do agricultor (LUNAS, 2001).

Frederico (2008) destaca que o apoio do Estado não ocorreu apenas no âmbito técnico, mas também na criação de uma série de programas que visavam à melhor viabilização da produção agrícola moderna.

Dentre os principais programas e medidas destacam-se: o fornecimento de crédito rural subsidiado, abaixo da inflação (1965-80), que capitalizou os produtores permitindo a aquisição de máquinas e terras, os programas de incentivos à pecuária como a criação do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (Condepe); o Proálcool, que estimulou o crescimento da área plantada de cana-de-açúcar, o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (Profir), que tinha como objetivo potencializar a produção de grãos nos cerrados; o programa de incentivo fiscal para a Amazônia Legal, que estimulou a instalação das primeiras agroindústrias na região e as políticas de garantia de preços mínimos (PGPM). (FREDERICO, 2008, p. 37)

Dessa forma, se pode mais uma vez concluir que a presença do Estado se mostrou fundamental durante todo o processo, mesmo que tenha beneficiado unicamente as elites rurais. Os vários programas de concessão de crédito e as várias empresas de pesquisas estatais atuaram fortemente para incentivar e facilitar a adoção do novo pacote tecnológico.

No entanto, como observado, essas políticas tiveram um período de duração não muito longo, sofrendo uma grande diminuição a partir da década de 80, devido à crise econômica que culminou na chamada década perdida. Silva, (1998) denomina o período da década de 1980 de “década perversa”, devido às políticas estatais voltadas para o arrocho salarial e opressão dos pequenos proprietários no campo. Outrossim, a diminuição do crédito agrícola acabou desacelerando o processo.

1.2.2 A Revolução Verde no Cerrado

Frederico (2008) descreve a região do Cerrado como um palimpsesto¹, pois por mais que se avance tecnologicamente, o antigo conteúdo que uma vez esteve “escrito” na região não pode ser apagado. Na prática, isso diz respeito ao fato de que as regiões de Cerrado passaram por diferentes períodos de inserção na divisão internacional do trabalho, seja com a mineração, pecuária ou extração de borracha, e logo após vivenciaram a maior integração com o território brasileiro. Dessa forma, a agricultura moderna se expandiu sobre um território com heranças antigas e de traços profundos que não podem ser facilmente apagados (FREDERICO, 2008).

¹ Pergaminho cujo antigo texto foi raspado para dar lugar a um novo. O autor usa esse termo para indicar que, por mais que o processo de modernização tente apagar o antigo “conteúdo” escrito no território do Cerrado, ele continua presente.

O autor destaca, ainda, que o Cerrado era uma local propício para a expansão da agricultura moderna,

No caso das características físicas, a expansão da agricultura moderna aproveitou-se dos recursos fisiográficos favoráveis existentes no domínio dos cerrados, como a grande presença de terras com topografia plana e solos profundos, propícias a mecanização, uma boa disponibilidade pluviométrica, concentrada em um determinado período do ano, e grande luminosidade. (FREDERICO, 2008, p. 36)

Lunas (2001), também aborda a questão, comentando sobre o fato de que a topografia do Cerrado era propícia a utilização do novo maquinário. No entanto, Frederico (2008) destaca que havia apenas um problema: os solos possuíam dificuldades relacionadas à baixa fertilidade e acidez elevada, problemas que foram resolvidos com o uso de fertilizantes, que eram também presentes no pacote tecnológico.

O autor supracitado destaca que, além das vantagens naturais, as terras possuíam um baixo preço, o que atraiu vários fazendeiros da região Sul do país, muitos fugindo do processo de modernização que acontecia em suas regiões.

No caso goiano, Pires (2008) analisa a relevância da região Centro-Sul do Estado durante a década de 70, concluindo que

[...] a região Centro-Sul do Estado de Goiás foi responsável, em 1975, por aproximadamente 84% do número de estabelecimentos demandantes de tratores em seus estabelecimentos agrícolas, por 90% do consumo de fertilizantes e por quase 72% do uso de defensivos agrícolas. (PIRES, 2008, p. 84)

O mesmo autor mostra que durante a década de 80 a mesma tendência se manteve. Além disso, observa que em apenas dois quinquênios houve um incremento de 123% no número de estabelecimentos agrícolas que demandaram tratores na região Centro-Sul do Estado; por fim, o autor conclui que o uso de fertilizantes e defensivos foi à principal forma com que se difundiram no Estado de Goiás as inovações físico-químicas (PIRES, 2008).

Como já colocado anteriormente, o processo fez com que os grandes proprietários de terras superassem o atraso no que diz respeito às tecnologias. Sendo assim, o número de tratores, insumos e agrotóxicos aumentaram consideravelmente. Dessa forma, o objetivo deste tópico é, através de uma tabela, apresentar as mudanças através dos números de alguns censos agropecuários. Por serem muito abrangentes,

optou-se por destacar os pontos que podem melhor mostrar a evolução tecnológica; no caso, particularmente o número de tratores e o percentual de proprietários que usaram insumos.

O aumento número de tratores é por si só, um grande indicador do processo de modernização tecnológica. É importante observarmos que um dos objetivos do pacote tecnológico foi à liberação de mão de obra, através do aumento de tratores, o uso de trabalhadores rurais diminui consideravelmente. De acordo com Faria e Oliveira (2019), em 2017 os tratores correspondiam a 62,4 % dos equipamentos, na frente das semeadeiras, adubadoras e colheitadeiras, podemos inferir a partir desses dados que os tratores continuam sendo um indicativo relevante de aumento na utilização de tecnologia.

A partir dos números apresentados na tabela, podemos calcular a média de tratores por estabelecimentos através das décadas: em 1970, havia uma média de 1 trator para cada 25 estabelecimentos, em 1985, 1 trator para cada 4 estabelecimentos; em 1995, 1 trator para cada 2 estabelecimentos, número que se manteve em 2017. Na Tabela 1 destaca-se os dados sobre o número de estabelecimentos e o número de tratores de acordo com os censos agropecuários pesquisados.

Tabela 1: Número de tratores por estabelecimento de 1970 a 2017

Ano	1970	1985	1995	2017
Número de estabelecimentos (total)	145115	131365	111791	152174
Número de tratores	5692	33548	43313	69060

Fonte: Censos agropecuários de 1970, 1985, 1995 e 2017.

Podemos inferir a partir destes dados que o período de quinze anos que compreende de 1970 a 1985 foi crucial para a modernização tecnológica, e, apesar de ter havido aumento de 1985 para 1995, pode-se perceber que foi menor do que na década anterior.

De acordo com Silva (1998), o período da “década perdida” - a que o autor prefere chamar de década perversa- se caracterizou pela baixa dos subsídios,

principalmente após 1985, ano em que ocorreu o fim da Ditadura Militar. Sobre isso, é preciso levar também em conta que a economia do período militar tinha como principal característica a presença constante do Estado na economia, presença essa que diminuiu no período neoliberal.

Dessa forma, o aumento considerável de tratores na década de 70 se deve a política de incentivos da Ditadura Militar e, no caso dos tratores, deve-se também a importação de maquinário. Longe de ser perfeita, essa política, como já foi dito, se caracterizou pela sua concentração. No entanto, os dados mostram claramente a relevância da política de crédito no que diz respeito ao uso de maquinários agrícolas. A diferença foi tal que, mesmo em nossos dias, o crescimento no número de máquinas não alcançou os níveis da década de 70.

Na verdade, o que ocorreu foi uma estagnação total desde 1995, mantendo-se o mesmo número de 1 trator para cada 2 estabelecimentos mesmo após 21 anos, e mesmo após o considerável crescimento econômico que o país presenciou no início da década de 2000, onde houveram grandes investimentos em diferentes áreas, como infraestrutura, universidades e também na política relacionada à alimentação, ainda que esta tenha praticamente se limitado às políticas de redistribuição de renda.

Adubação química

O pacote da Revolução Verde se caracteriza também pela presença de insumos e agrotóxicos. A utilização de adubação química indica a presença cada vez maior da modernização tecnológica no Estado. Na Tabela 2 apresenta-se o número de estabelecimentos que utilizam exclusivamente adubação química de acordo com os censos agropecuários pesquisados.

Tabela 2: Número de estabelecimentos que utilizaram apenas adubação química de 1970 a 2017

Ano	1970	1985	1995	2017
Número de estabelecimentos (total)	145115	131365	111791	152174
Estabelecimentos que utilizaram apenas adubação química	5807	68997	55388	36789

Fonte: Censos agropecuários de 1970, 1985, 1995 e 2017.

Mais uma vez, podemos observar- como no caso dos tratores- o aumento considerável de utilização de adubação química de 1970 para 1985, e o seu decaimento a partir das décadas seguintes. Em porcentagem, em 1970, apenas 4% dos estabelecimentos utilizavam apenas adubação química, número que cresceu para 52% em 1985, ou seja, um aumento de 48%; em 1995, a porcentagem de estabelecimentos que utilizavam adubação química era de 49%, mostrando uma diminuição de 3% com relação a década anterior; em 2017, esse número decaiu para 24%. Através desses números vemos, mais uma vez, os efeitos da diminuição da concessão de crédito rural.

O fim da Ditadura Militar acabou contribuindo com a diminuição do ritmo das mudanças tecnológicas; no entanto, mesmo durante o período ditatorial as mudanças ocorreram principalmente entre as elites, ou seja, não houve- até hoje- uma distribuição igualitária de terras ou acesso à tecnologia. Apesar disso, podemos notar nas duas tabelas a diferença que a presença estatal fez.

No caso dos tratores, houve uma estagnação no aumento desde a década de 90; no entanto, no que diz respeito à adubação química, o resultado foi ainda pior: houve uma diminuição em seu uso. A partir de 1995, já houve uma diminuição de 3% com relação à década anterior, no entanto, nos números de 2017 podemos notar mais ainda as mudanças ocorridas após a diminuição do crédito rural: apenas 24% dos estabelecimentos utilizaram- apenas- adubação química, ou seja, uma diminuição de 25% com relação à década de 90- nesse caso, falando apenas em termos de porcentagens.

1.3 Anos 90: a Agricultura científica globalizada

Os anos 90 se caracterizaram pela introdução da Agricultura científica globalizada, que permanece até nossos dias. De acordo com Frederico (2013), a modernização da agricultura brasileira nos últimos 50 anos pode ser subdividida em duas fases: a primeira, que vai da década de 60 até a década de 80, se caracterizava pelo paradigma da Revolução Verde- já mencionado anteriormente- além da constituição dos complexos agroindustriais e pela centralidade da atuação do Estado. A segunda fase se inicia na década de 90, e é pautada pela utilização de novas tecnologias da informação e comunicação no campo e na desregulamentação política e econômica.

Pires (2020) destaca que a crise econômica dos anos 80 impactou as finanças do governo federal, o que causou uma forte restrição fiscal e acabou reduzindo sua atuação como agente indutor do desenvolvimento. Assim, com o aprofundamento da crise e a necessidade de renegociação da dívida externa, foram impostas ao governo federal pelos agentes econômicos internacionais as medidas estabelecidas pelo Consenso de Washington, estando dentre elas a abertura e integração da economia nacional aos mercados internacionais.

Dessa forma, na visão de Frederico (2013) pode-se entender que a Agricultura científica globalizada significa a superação dos três pilares do modelo agrícola anterior: o aperfeiçoamento e até mesmo a superação do padrão tecnológico da Revolução Verde, sendo adotadas as NTIC- Novas Tecnologias de Informação e Comunicação- que envolvem informática, microeletrônica, engenharia genética, biotecnologia e a formação e transmissão de banco de dados.

O aumento da exportação de primários, em detrimento dos processados anteriormente exportados; e a menor atuação do Estado como principal regulador do mercado agrícola, com a privatização da maioria das empresas e instituições públicas responsáveis pelos vários aspectos da produção agrícola.

CAPÍTULO II

SEGURANÇA ALIMENTAR: CONCEITO E MEDIÇÃO

Tendo sido discutida a modernização agrícola anteriormente, o objetivo deste capítulo é fazer uma abordagem geral sobre o tema da Segurança Alimentar. Para isso, será necessário esclarecermos o significado de alguns termos e conceitos como segurança e insegurança alimentar. Mais à frente, serão discutidos os métodos de medida de segurança e insegurança alimentar, além de um histórico das políticas públicas sobre a fome no Brasil.

2.1 O que é segurança alimentar?

Ao avançarmos na discussão, o primeiro passo é conceituarmos segurança e insegurança alimentar. De acordo com a definição presente na LOSAN- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- Lei nº 11.346 de 15 de julho de 2006, (BRASIL, 2006), segurança alimentar e nutricional é:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasil, 2006)

Ao analisarmos a definição presente na LOSAN, (BRASIL,2006) podemos perceber que segurança alimentar envolve mais do que apenas ter asseguradas as condições de alimentar-se três vezes ao dia. Sendo assim, para que uma família/grupo tenha plena segurança alimentar, de acordo com esses princípios, é preciso:

- 1- Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, ou seja, não apenas comer, mas comer bem, e ter acesso constante a esses alimentos, com a quantidade necessária.

- 2- Para ter acesso a esses alimentos (de qualidade e em quantidade suficientes), a família não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, como moradia, por exemplo. Ou seja, se uma determinada família precisa escolher entre alimentar-se ou pagar o aluguel, ela já está em algum nível de insegurança alimentar.

- 3- Ter como base práticas alimentares saudáveis, que respeitem as diferentes culturas e sejam social e ambientalmente sustentáveis. Com esta condição, podemos notar a importância de uma educação nutricional como promotora de segurança alimentar. É preciso destacar que, além disso, a discussão sobre cultura e sustentabilidade também aparece, indicando que esses alimentos precisam ter uma origem que respeite a natureza, além de respeitarem a cultura alimentar do local.

No entanto, é preciso ter crítica em relação a esses fatores, principalmente porque nem todas as práticas alimentares tradicionais são necessariamente saudáveis, ou seja, não oferecem todos os nutrientes necessários (ADAS, 1988).

De acordo com Keple & Corrêa (2007), o conceito de SAN- segurança alimentar e nutricional- presente na LOSAN é bastante abrangente e de natureza necessariamente multidisciplinar, e sua conceitualização apresenta um desafio em nosso país:

A conceitualização da SAN, no Brasil, representa um desafio para sua abordagem, especialmente levando em consideração que cada área de conhecimento envolvida, como economia, direito, agricultura, educação, saúde, nutrição, assistência social, sociologia, antropologia e psicologia, entre outras, tem sua própria perspectiva e expectativa na compreensão e utilização desse conceito, o que equivale a dizer que tem um marco teórico particular (KEPLE e CORRÊA, 2007, p. 2)

Estas autoras buscam, também, deixar claro que tomar os diferentes marcos conceituais e disciplinares, de forma isolada não contribui para a compreensão integral do problema. Dessa forma, podemos identificar que a discussão sobre segurança alimentar é necessariamente multidisciplinar e muito complexa não podendo ser resumida em um conceito fechado.

Podemos inferir, então, que uma família que de alguma forma encontra-se com dificuldade para se alimentar, de acordo com os itens supracitados, anteriormente está em algum grau de insegurança alimentar, tópico que será discutido posteriormente. No entanto, alguns autores procuram também apresentar definições próprias sobre a fome, como Adas (1988), para quem a fome se caracteriza por uma situação em que uma pessoa – ou família- fica carente de alimentos que lhes forneçam os elementos nutritivos e calorias necessários à vida e a saúde do organismo, por um período prolongado.

Este autor, também diferencia a fome em dois tipos: global e parcial; a fome global, também chamada de energética ou calórica acontece quando a alimentação diária ingerida por uma pessoa é incapaz de fornecer as calorias equivalentes à energia gasta pelo organismo. A fome parcial ocorre quando, mesmo ingerindo uma grande quantidade diária de alimentos, a pessoa não adquire os elementos nutritivos necessários para a manutenção da saúde. Na fome parcial, o indivíduo ingere quantidade, não qualidade (ADAS, 1988).

2.2 A história do debate sobre a fome

É fato conhecido por todos que a humanidade sempre conviveu com a fome, não importando o período histórico ou sistema econômico vigente, esse sempre foi um problema que nos perseguiu através dos tempos. No entanto, os termos segurança e insegurança alimentar surgem apenas no século XX.

De acordo com Ziegler (2012), até o início do século XX a fome era vista como insuperável, e como um tabu. Isso se deve principalmente a teoria Malthusiana, que colocava a fome não apenas como normal, mas também necessária, já que eliminaria os não aptos:

A verdadeira ameaça era a explosão do crescimento demográfico. Sem a eliminação dos mais fracos pela fome, chegaria o dia em que nenhum ser humano sobre a terra poderia comer, beber ou respirar. Até meados do século XX, a ideologia malthusiana teve efeitos deletérios sobre a consciência ocidental. Ela tornou a maioria dos europeus surdos e cegos diante do sofrimento das vítimas, especialmente das colônias. Os famintos haviam se convertido, no sentido etnológico do termo, em tabu. (ZIEGLER, 2012, p. 81).

Assim sendo, a teoria Malthusiana serviu de base até mesmo para o Colonialismo e justificação das ideologias de supremacismo branco ligadas ao darwinismo social². Esta tendência de justificação usando essa teoria se manteve pelo menos até o início do século XX.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a imagem dos campos de concentração e dos horrores da guerra causou uma mudança na consciência europeia sobre o problema da fome (ZIEGLER, 2012). Após essa mudança, a questão começou a ser encarada não mais como inevitável, como era até então, mas como fruto da organização social. Além disso, passou-se, aos poucos, a procurar por suas causas e possíveis soluções.

Dentre os principais responsáveis, no Brasil, por discutir a fome enquanto produto de questões sociais está Josué de Castro. De acordo com Ziegler (2012), Josué de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, no Recife, era portador de diploma de Fisiologia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e lecionou Fisiologia, Geografia Humana e Antropologia na Universidade do Recife, ao mesmo tempo em que era médico.

Em seu consultório, pôde ver os efeitos da fome e da subnutrição, além de realizar pesquisas sobre famílias caboclas, cortadores de cana e trabalhadores agrícolas, quando concluiu que o latifúndio era a causa principal da fome no Brasil; além disso, tirou suas conclusões sobre a taxa de natalidade:

Ele igualmente pôde demonstrar que não era a superpopulação dos campos e das cidades a responsável pela progressão da fome, mas justamente o contrário: os muito pobres multiplicavam seus filhos pela angústia diante do amanhã; as crianças, que queriam tão numerosas quanto possível, constituíam uma espécie de segurança no futuro- se sobrevivessem, ajudariam seus pais a viver e, sobretudo, a envelhecer sem morrer de fome. Josué de Castro citava frequentemente este provérbio nordestino: “A mesa do pobre é miserável, mas o leito da miséria é fecundo.” (ZIEGLER, 2012, p.86).

Castro também concluiu que as “raças” que até então era consideradas inferiores eram, na verdade, subnutridas, em seu texto de 1935, *Alimentação e raça*. Assim sendo, suas pesquisas e conclusões foram opostas ao pensamento vigente na época: a fome não era um “elemento natural”, mas sim causada pelas escolhas humanas; a taxa de

² Ideologia eurocêntrica que coloca a cultura europeia como superior às demais. Surgiu de uma tentativa de adaptar o darwinismo às sociedades.

natalidade não era a responsável pela fome, mas sim consequência da mesma, e os grupos considerados racialmente inferiores eram, na verdade, subnutridos.

O livro mais conhecido de Castro é *Geografia da Fome*, de 1946. Nessa obra, o autor faz um estudo sobre a fome nas cinco regiões do Brasil, mostrando os locais onde a fome é endêmica³ e suas consequências. Já em seu prefácio, Castro critica a escassa bibliografia sobre o tema em sua época, além de pontuar que o assunto havia se tornado um tabu,

Para cada mil publicações referentes aos problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome. No entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores do que os das guerras e das epidemias juntas, conforme é possível apurar, mesmo contando com as poucas referências existentes sobre o assunto. E há mais, a favor deste triste primado da fome sobre as outras calamidades, o fato universalmente comprovado de que ela constitui a causa mais constante e efetiva das guerras e a fase preparatória do terreno, quase que obrigatória, para a eclosão das grandes epidemias. (CASTRO, 1984, p. 20)

Aqui, o autor mostra os efeitos já conhecidos da fome endêmica em sua época: seus estragos são maiores que os das epidemias e das guerras, além de serem a causa de grande parte das últimas, e a “fase preparatória do terreno” para as grandes epidemias. De acordo com Castro, o racionalismo presente na civilização ocidental pode ter sido uma das razões do tema ter se tornado um tabu. Em sua visão, o fato de a fome ser um “instinto primário” a tornava um tema chocante em uma sociedade dominada pelo racionalismo.

Destarte, este autor também enxergava que os interesses econômicos estavam envolvidos:

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos — dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos — e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. E a dura verdade é que as mais das vezes esses interesses eram antagônicos (CASTRO, 1984, p. 21).

³ Uma endemia acontece quando há o aumento considerável do número de casos de uma doença em uma região específica. Fome endêmica refere-se à uma fome concentrada em determinada região.

Assim, Castro advoga que os interesses do imperialismo econômico europeu estavam ligados apenas ao lucro, e, para obterem isso, não era necessário que a fome e a subnutrição deixassem de existir. Castro chega até mesmo a dizer que, na verdade, os interesses dos famintos e da minoria economicamente privilegiada eram antagônicos.

Ziegler (2012) afirma que Castro recorre várias vezes a palavra “artificial”, no sentido de artefato, de fenômenos criados pela atividade humana. Dessa forma, a fome e a subnutrição seriam “artificiais”, criações humanas que teriam como causas a monopolização da terra e a monocultura, que geram baixa produtividade e distribuição desigual das colheitas.

Quanto ao contexto, o autor deixa claro que o livro foi feito “sob a influência psicológica da pesada atmosfera que o mundo vem respirando nos últimos vinte anos” (CASTRO, p.28), referindo-se à atmosfera que havia sido criada no mundo após a ascensão do nazifascismo na Europa.

Já no estudo propriamente dito, Castro faz uma classificação geral da situação alimentar nas cinco regiões brasileiras, mas utilizando-se de uma divisão ligeiramente diferente do comum; em seu livro, o autor divide o Brasil nas seguintes áreas:

- 1- Amazônica, que compreende o Norte do Brasil
- 2- Nordeste açucareiro, que compreende a região litorânea do Nordeste
- 3- Sertão Nordestino, que abrange a região do Nordeste que não é litorânea
- 4- Centro-Oeste, que abrange Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais e parte do Tocantins
- 5- Extremo-Sul, que abrange os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná

A respeito desta divisão, Castro afirma:

O país abrange pelo menos cinco diferentes áreas alimentares, cada uma delas dispondo de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais e com seus efetivos humanos refletindo, em muitas de suas características, [pg. 58] tanto somáticas como psíquicas, tanto biológicas como culturais, a influência marcante dos seus tipos de dieta (CASTRO, 1984, p. 50).

Dentro de sua divisão, Castro utilizou também três classificações relativas à fome: área de fome endêmica, área de epidemia⁴ de fome e área de subnutrição⁵. De acordo com sua divisão, duas áreas se caracterizam pela fome endêmica: Amazônica e Nordeste açucareiro; o Sertão Nordestino seria a área de epidemia de fome, enquanto a região Centro-Oeste e Extremo-Sul são áreas de subnutrição. De acordo com Castro,

Consideramos áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome). Não é o grau de especificidade carencial que assinala e marca a área, mas a extensão numérica em que o fenômeno incide na população (CASTRO, 1984, p. 51).

Dessa forma, a extensão numérica da população faminta é que dava a classificação ao local. De acordo com Ziegler (2012), Castro contribuiu para o despertar dos povos do Ocidente com relação à fome, e foi indicado três vezes ao Prêmio Nobel: uma vez para o de Medicina e duas para o da Paz. Participou ativamente na criação da FAO- a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, em 1946, exerceu sua presidência e também foi embaixador brasileiro na ONU.

Castro foi, então, de suma importância para as novas discussões sobre a fome que apareceram no decorrer do século XX. Sua importância não foi apenas nacional, mas também internacional. A criação da FAO, do qual ele participou, foi um marco nas políticas mundiais de combate à fome.

A existência de uma organização mundial com esse fim chamou a atenção das nações para que criassem políticas que combatessem efetivamente o problema- ou que pelo menos tentassem. Dessa forma, a velha teoria Malthusiana foi deixada de lado, e a fome- junto com a subnutrição- passou a ser vista como “artificial” e não mais como um fenômeno natural- e até necessário.

⁴ Uma epidemia acontece quando uma doença se espalha rapidamente em um determinado território.

⁵ Consumo insuficiente de nutrientes

2.2 Discussões acadêmicas sobre a fome

Na época de Josué de Castro, a bibliografia sobre a fome era escassa. Como dito, até então o problema era tratado ora como tabu ora como natural e imutável. Atualmente, a bibliografia sobre segurança alimentar já se desenvolveu, com autores de diversas áreas, que vão desde as ciências humanas à medicina, tratando do tema.

De acordo com Susan George (1978), a fome é causada por forças totalmente identificáveis e controláveis, ou seja, está ao nosso alcance resolver o problema. A autora pontua que o avanço tecnológico da Revolução Verde não foi capaz de resolver o problema. Além disso, deixa claro que a subnutrição deveria causar tanta preocupação quanto à fome, apesar da mesma passar despercebida em grande parte dos casos. Custódio *et al* (2011) pontua que a desnutrição deveria ser vista como uma doença social, assim como enxergava Josué de Castro.

Dessa forma, George (1978) aponta alguns dos efeitos da subnutrição na população: pessoas fisicamente mal desenvolvidas, mentalmente menos capazes, com menos resistência a doenças e que se tornam alvo fácil ao ataque de parasitas que se proliferam nos países em desenvolvimento, além disso, a autora destaca que filhos de pessoas subnutridas tem cinquenta vezes mais chances de morrerem antes do primeiro ano de vida.

Adas (1988) demonstra alguns dos efeitos mais comuns da fome no Terceiro Mundo: desnutrição calórica protéica, doenças causadas pela falta de vitamina A, anemia, raquitismo (gerado pela deficiência de vitamina D), bócio e distúrbios causados pela carência de vitaminas do grupo B.

Deste modo, podemos perceber que a subnutrição traz efeitos de longo prazo, e está ligada à uma série de doenças presentes nos países de Terceiro Mundo; para além do físico, como demonstra George (1978), a subnutrição também provoca dificuldades de raciocínio e mesmo de “iniciativa” nas populações, tornando-as, de certa forma, mais passivas, além de terem o raciocínio comprometido.

Josué de Castro já alertava para as consequências sociais da fome, alertando sobre o aumento da violência urbana, por exemplo. Ao analisarmos os efeitos da subnutrição em uma população a longo prazo, podemos perceber que um país como um

todo poder ser afetado, seja pelas doenças que se espalham mais rapidamente ou pela incapacidade dessas pessoas de se tornarem realmente produtivas.

Desse grupo, a fome parcial, como chamada por Adas (1988) se torna provavelmente a mais fácil de passar-se despercebida, já que o indivíduo muitas vezes come uma grande quantidade diária de alimentos, mas que não possui a capacidade de nutrir corretamente o seu corpo.

Pode-se dizer que a fome é um problema multifacetado, e que não é de fácil resolução. Sendo um problema de múltiplas dimensões, não existe uma causa específica para a fome, mas várias. Essas causas podem mudar de acordo com os países, com o período histórico e contexto econômico, ainda que o resultado seja o mesmo: uma população faminta. Em questão numérica, sabe-se que os países em desenvolvimento são aqueles que têm o maior número de pessoas passando fome ou subnutridas- em fome parcial.

Analisando a conjuntura econômica mundial no século XX, George (1978) desta que os Estados Unidos eram- e ainda são- a principal base do poder agrícola mundial, o que significa controle sobre a produção e distribuição de alimentos no mundo. A autora pontua que o controle da OPEP - Organização dos países exportadores de petróleo - na década de 70, sobre o mercado de petróleo era insignificante perto do controle americano do mercado mundial de alimentos,

Embora outras nações possam ter níveis de consumo exagerados, programas de “ajuda” alimentar e corporações multinacionais próprias, os Estados Unidos estão ainda no comando da produção e do abastecimento dos alimentos. É comum agora, no Ocidente, falarmos do “cartel do petróleo”, ou da “pressão” exercida pela OPEP no mercado de petróleo. Esse controle é deveras insignificante, comparado ao que a América do Norte exerce no mercado mundial de alimentos. Alguns dos seus representantes menos sutis como o atual Secretário da Agricultura, Mr. Butz, não hesitam mesmo em falar dos alimentos como uma “arma”: como “uma peça poderosa na nossa panóplia de instrumentos de negociação” (GEORGE, 1978, p.16)

Dessa forma, a autora mostra como os alimentos passaram a ser uma arma importante na questão geopolítica, atrelado inclusive às políticas de ajuda aos países pobres, que devem seguir cartilhas específicas em troca de ajuda à sua população faminta. Adas (1988) destaca que, em 1974, o secretário de agricultura dos EUA, no governo do presidente Gerald Ford, declarou publicamente que “*food is power*”-comida

é poder- em alusão ao controle americano sobre os alimentos- e o poder que conseguiam com isso.

Neste mesmo período, um relatório da CIA mostrou que os EUA dispunham, naquele momento, de uma grande produção excedente de alimentos, que eram usados como arma política enquanto milhões passavam fome no mundo, numa política externa que ficou conhecida como diplomacia dos alimentos (Adas, 1988).

Assim, pode-se notar que a falta de alimentos não é um dos motivos para a fome no mundo, apesar de ser um argumento que aparece constantemente no senso comum. Para exemplificar a questão, George (1978) utiliza a crise alimentar de 1972. Neste ano, o mundo conviveu com uma crise de falta de alimentos, apesar da colheita ter sido apenas 1% menos do que a do ano anterior, 1971. No entanto, a crise ocorreu porque quatro das principais nações produtoras de cereais haviam deixado de cultivar em um terço de suas áreas cultiváveis durante o período de 1968 a 1970, para compensar a crise de superprodução dos anos 60.

De acordo com Custódio *et al* (2011), a partir dessa crise, que se inicia em 1972 e termina em 1974, é que o conceito de Segurança alimentar e Nutricional foi difundido ao redor do mundo. No entanto, é preciso notar que foi uma crise fabricada e feita de forma consciente; ao decidir diminuir a produção de cereais, essas nações estavam conscientes que poderiam gerar falta de alimentos, principalmente nos países de Terceiro Mundo.

Ainda assim, decidiram por colocar as motivações econômicas à frente das necessidades humanas, a ponto de gerar uma crise alimentar mundial que durou dois anos, uma crise tão grande que mudou os paradigmas das organizações internacionais sobre a fome, já que em 1974 houve a primeira Conferência Mundial de Alimentação,

A partir da crise de escassez de 1972-74 e com a repercussão da Conferência Mundial de Alimentação de 1974 o conceito de Segurança Alimentar passa a ser difundido internacionalmente, porém afastando-se do foco original das Nações Unidas (fundado nos Direitos Humanos), e no decorrer dos anos 1980, volta-se para a questão do acesso (demanda e distribuição), colocando em segundo plano a da oferta de alimentos (CUSTÓDIO *et al* 2011, p.3).

Assim sendo, a crise alimentar fabricada fez com que o foco da discussão mudasse. Anteriormente, o debate sobre segurança alimentar focava-se na questão da

oferta, ou seja, na ideia de que não eram produzidos alimentos em quantidade suficiente para atender às necessidades humanas.

Com o tempo, e principalmente após a crise 72, observou-se que haviam alimentos em quantidade suficiente, mas que havia um problema de demanda e distribuição dos mesmos, o que nos faz retornar à explicação de Silva (1998) de que existem três teorias para explicar a fome e a subnutrição: a falta de alimentos, os problemas de distribuição e a baixa renda da população.

A questão, então, envolve primeiramente fatores geopolíticos. A fome ocorre no mundo todo, mas é fato conhecido que ocorre principalmente nos países de Terceiro Mundo. Ao tratarmos especificamente destes locais, podemos notar semelhanças históricas que os levaram à situação atual. Os países de passado colonial tiveram uma agricultura voltada exclusivamente para a exportação.

Adas (1988) pontua que os países da América do Sul, antes de serem colonizados, eram habitados por povos que praticavam uma agricultura voltada às necessidades. No entanto, os colonizadores introduziram o sistema de *plantation* e a agricultura de subsistência passou a ser vista como um apêndice da agricultura de exportação. Essa produção unicamente para a exportação era, na verdade, o sentido e razão de existência da colônia:

[...] Aquele “sentido” é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro [...] A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial (PRADO JR, 2000, p.117).

Dessa forma, os que os autores explicitam é que a colonização- tanto brasileira quanto do resto do Terceiro Mundo- foi voltada unicamente à produção para o mercado externo. No entanto, Adas (1988) afirma que o fim da colonização não significou o fim da agricultura voltada à exportação, e que as antigas colônias ainda possuem um modelo agrícola voltado unicamente à exportação, e não a satisfação das necessidades da população.

Da mesma forma, George (1978) também teoriza que a agricultura de exportação dos países subdesenvolvidos é uma das principais causas da fome, já que há

muitas terras para produção de produtos exportáveis e poucas para a produção de alimentos de consumo interno

Os produtos exportáveis tem prioridade no que se refere à irrigação, fertilizantes, inseticidas ou maquinarias- orientam também os intangíveis inputs de pesquisa científica e de crédito financeiro. Como de costume, cabe ao pequeno agricultor a pior parte e muitas vezes tem de contentar-se com métodos antiquados e com os inputs mais elementares e tradicionais. O que se consegue produzir, apesar de tudo, é fenomenal. É nele que está a resposta ao impasse alimentar em que se encontram os países SD (GEORGE, 1978, p. 39).

A autora deixa claro que, nos países subdesenvolvidos, a agricultura de consumo interno, praticada pelos pequenos produtores, é deixada de lado, em detrimento à agricultura de exportação. No entanto, ela esclarece que é justamente nos pequenos produtores que está à possibilidade de resolução do impasse dos países subdesenvolvidos com relação à fome, já que são eles os responsáveis pela maior parte da produção dos alimentos consumidos internamente.

Indo de encontro a essa teoria, Silva (1998) argumenta que, no caso brasileiro, não exportamos a comida que nos falta, utilizando de exemplo a década de 80, quando o aumento da exportação contribuiu fortemente com a expansão da agricultura no Brasil, e até mesmo com a expansão da mão de obra, mesmo no período recessivo do fim dos anos 80.

Silva, (1998) considera, ainda, que o problema da fome no Brasil se deve principalmente à baixa renda da população; citando pesquisas do IBGE, FIPE e DIEESE, Silva mostra que o problema nutricional da população de baixa renda brasileira é “mais calórico que protéico”, o que indica que há uma aquisição insuficiente de alimentos, e não uma escolha inadequada destes.

Excedendo a discussão em torno da exportação, Silva (1998) também demonstra que a relação que se costuma fazer entre o desenvolvimento da agroindústria e o aumento de preço dos alimentos não está de acordo com a realidade, já que várias pesquisas empíricas em todo mundo demonstram o contrário.

Desta forma, o processo de modernização agrícola- acompanhado da Revolução Verde- de acordo com o autor, não teria sido responsável pelo aumento do preço dos alimentos, mesmo que tenha modificado a cesta básica ao aumentar o número de

produtos industrializados presentes na mesma. De acordo com este pensamento, o problema dos salários defasados é que seria a principal causa da insegurança alimentar:

Na verdade, o consumidor com o salário defasado pode não ter se dado conta, mas os alimentos hoje custam bem menos que uma década atrás. Os preços reais dos produtos agrícolas caíram, transferindo renda do campo para a cidade e atenuando o impacto da perda de poder aquisitivo dos salários. Segundo dados do DIEESE, no período de janeiro de 1985 a julho de 1992 a variação da cesta básica do trabalhador (ração essencial) ficou 55,8% abaixo do Índice de Custo de Vida- ICV. O trabalhador só não conseguiu melhorar seu poder de compra de alimentos porque os salários também se desvalorizaram em face dos outros preços da economia. Nesse mesmo período, por exemplo, o salário mínimo teve uma correção 58,8% abaixo do ICV. Assim, na relação entre cesta básica e salário mínimo, os alimentos tiveram um aumento acumulado de cerca de 7% superior ao salário (SILVA, 1998, p.161).

Neste ponto, o autor refere-se aos números do poder de compra dos consumidores nos anos 90, em que foi feita a sua pesquisa. Naquele momento, apesar dos alimentos estarem, de forma geral, custando menos do que na década de 80, os consumidores não tinham percepção disso, já que o arrocho salarial dificultava o acesso à cesta básica. Dessa forma, o aumento acumulado dos alimentos básicos foi 7% maior ao aumento do salário mínimo.

Mais à frente, o autor chama a atenção para o equívoco da ideia de intermediação como forma de resolver a questão da insegurança alimentar no Brasil, de acordo com ele, a criação de estratégias de distribuição e comercialização vistas como alternativas aos grandes mercados, que colocam a distribuição/intermediação como foco do problema não resolveriam a questão, já que são direcionadas para outras causas que não a baixa renda dos brasileiros (SILVA, 1998).

Assim, pode-se dizer que a discussão em torno das origens da fome em nossos dias ainda não está completamente resolvida. Na verdade, ela se mostra como um problema multifatorial, tendo origem primeiramente em um sistema mundo desigual, e que manteve sua desigualdade após o fim das colônias e as independências. Com isso, manteve-se a distribuição desigual das terras e uma agricultura voltada principalmente à exportação para os países do centro. Destarte, a baixa renda da população- que é característica dos países denominados subdesenvolvidos - ajuda a manter a situação de insegurança alimentar, pelo menos no caso brasileiro.

Pode-se afirmar, portanto, que mesmo que o processo de industrialização da agricultura não tenha contribuído com o aumento de preço dos alimentos, o aumento da renda, que foi baixo, contribuiu para a manutenção e aumento dos níveis de insegurança alimentar.

2.3 Políticas de combate à fome no Brasil

Adas (1988), ao destacar a produção de alimentos durante o período colonial no Brasil, comenta que, desde o período da cana de açúcar, a preocupação com o lucro já se sobrepunha a preocupação com a agricultura de subsistência.

Os gêneros de subsistência eram produzidos por escravos em seu tempo livre ou por pequenos agricultores em terras arrendadas dos grandes proprietários. Quando o produto agrícola de exportação, a cana de açúcar, aumentava seu preço no mercado externo, a produção para a subsistência diminuía consideravelmente, já que os escravos aumentavam a produção de cana, o que, conseqüentemente, aumentava a fome (ADAS,1988).

De acordo com Vasconcelos (2005), a fome no Brasil tem início já no período colonial, ou seja, no período que Adas (1988) menciona. Ainda de acordo com Vasconcelos (2005), as primeiras ações estatais brasileiras contra a fome foram durante o período colonial, ao passo que os primeiros estudos acadêmicos sobre a alimentação dos brasileiros são do século XIX, por meio de teses nas Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e da Bahia. É interessante notarmos que, por serem da área médica, podemos deduzir que os estudos sobre a fome no Brasil antes de Josué de Castro provavelmente se concentravam apenas na questão biológica- as conseqüências da fome, não seus motivos.

Ainda de acordo com Vasconcelos (2005), podemos dividir em três os períodos das políticas de combate a fome no Brasil: o primeiro período, que dura de 1930 a 1963, é o momento de emergência dos primeiros instrumentos dessa modalidade de política. Aqui, Josué de Castro teve grande influência, esse período tem início durante a Era Vargas.

O autor destaca que Castro, ao estudar as condições de vida das famílias operárias no Recife, concluiu que o consumo alimentar custava 71,6% do salário, além de ser pobre em vitaminas e sais minerais, o que gerava baixa expectativa de vida e alta mortalidade; esse estudo, e outros similares, serviram de base para a criação do salário mínimo.

No período de 1930 a 1963 o perfil epidemiológico nutricional brasileiro se caracterizava pela elevada ocorrência das doenças nutricionais relacionadas à pobreza, além de carências nutricionais específicas, como o déficit de vitamina A, ferro e iodo (VASCONCELOS, 2005).

Custódio *et al*, (2011) cita alguns dos programas existentes durante esse primeiro período, dentre eles se destacam o Serviço de Abastecimento da Previdência social, que distribuía alimentos básicos aos inscritos no programa de previdência social, e o Programa de Merenda Escolar, o mais antigo programa de nutrição do país, datado de 1940.

O segundo período dura de 1964 a 1984, e se caracteriza pela tentativa de incorporação de técnicas de planejamento nutricional ao planejamento econômico; em 1974 e 1975, o Estudo Nacional de Despesas Familiares- ENDEF- atestou que 67% da população apresentava um consumo energético inferior às necessidades mínimas diárias recomendadas pela Organização Mundial da Saúde- OMS.

Nesse período, a crise de fome da década de 70 fez com que organismos internacionais como a FAO e a UNICEF passassem a defender a inclusão do planejamento nutricional ao planejamento econômico dos países do Terceiro Mundo, o que, no Brasil, foi feito no I e no II PND- Plano Nacional de Desenvolvimento.

Também implantada a Lei 5829 de 30/11/1972 criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição- INAN e, sobre a tutela do INAN foi criado, em 1973, o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição. Custódio *et al*(2011) afirma que o INAN tinha como objetivo a elaboração de políticas de combate a fome durante a crise de escassez.

O terceiro período, de acordo com o autor, dura de 1985 a 2003. Em 1985, com o fim da Ditadura, as atenções voltaram-se às antigas lutas anteriores, dentre as quais, a da justiça social. Já em 1985, três instrumentos de política social foram lançados: o Plano Subsídios para a Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego, as Prioridades

Sociais para 1985 e as Prioridades Sociais para 1986; de acordo com Vasconcelos, houve também o retorno da citação direta da fome e desemprego como problemas:

Na análise do documento Subsídios para a Ação Imediata Contra a Fome e o Desemprego, observa-se que o discurso ideológico revestia-se de um novo caráter. As palavras “fome” e “desemprego”, que estiveram ausentes no discurso do planejamento autoritário da Ditadura Militar, passavam a fazer parte do novo discurso. Portanto, o resgate da fome e a sua incorporação aos instrumentos de política social eram inovadores e audaciosos e se coadunavam com a própria fala do novo presidente [...] (VASCONCELOS, 2005, p.8).

Apesar da preocupação inicial, o autor ressalta que durante o governo Collor as reformas neoliberais causaram um esvaziamento das políticas de alimentação no país. Com o impeachment de Collor, foi fundado o movimento social Ação da Cidadania contra a Fome, liderado por Betinho, que tinha como objetivos mobilizar e sensibilizar a sociedade para os problemas da exclusão social e da fome.

No plano político, Itamar Franco assumiu a presidência, e em seguida Fernando Henrique Cardoso. Durante o governo Itamar, o presidente assumiu o compromisso de criar um programa nacional de segurança alimentar, que foi apresentado pelo presidente do Partido dos Trabalhadores, sendo então lançado o CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar, constituído por nove ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil (VASCONCELOS, 2005).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, com o esvaziamento do programa Ação da Cidadania, foi extinto o CONSEA e criado o Conselho da Comunidade Solidária. De acordo com Vasconcelos (2005), o Programa Comunidade Solidária apresentava-se como uma novidade nas estratégias de combate à pobreza, tendo como objetivo unir os esforços e recursos disponíveis no governo e sociedade, buscando soluções mais eficientes para a melhoria da qualidade de vida das populações vulneráveis.

Sua intervenção pautava-se em quatro princípios básicos: parceria, solidariedade, descentralização e integração e convergência das ações. Vasconcelos (2005) destaca que no primeiro governo FHC (1995-1998) os programas de alimentação dos governos anteriores continuaram sendo desenvolvidos. Em seu segundo governo (1999-2002), foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), além da adoção da Medida Provisória nº 2.206, que criou a Bolsa Alimentação.

A Bolsa Alimentação, de acordo com Vasconcelos (2005), visava a promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos em risco nutricional, que pertenciam a famílias sem renda ou com renda mensal de até R\$ 90,00 *per capita*.

Já durante o governo Lula foi criado o programa Fome Zero, além de políticas de transferência de renda, que se baseavam na ideia do aumento da renda como fator preponderante para resolver o problema da fome. Além disso, era composto por ações integradas.

A partir de uma leitura inicial, percebe-se que o Programa Fome Zero é composto por um conjunto de ações que se dizem integradas com o objetivo de erradicação da fome e implementação da política de segurança alimentar e nutricional no país. Tais ações, que estão sendo executadas de forma gradativa, agrupam três modalidades de intervenção denominadas de políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais (VASCONCELOS, 2005, p. 12).

É possível compreender, assim, que as ações integradas possuíam os três tipos de intervenção: estruturais; específicas e locais. As políticas estruturais buscavam atingir a raiz do problema da fome, ou seja, a pobreza, através de geração de emprego e renda, renda mínima, incentivo à agricultura familiar etc. As específicas visavam às intervenções de natureza emergencial se voltavam para a resolução da fome aguda como: Programa Cartão-Alimentação, estoques de alimentos de segurança e ampliação do Programa de Alimentação Escolar. As políticas locais envolviam intervenções que buscavam adaptar experiências municipais e estaduais bem sucedidas (VASCONCELOS, 2005).

De acordo com Custódio *et al* (2011, p.6) o Programa Fome Zero foi elaborado a partir de uma proposta de política de segurança alimentar e nutricional realizada pelo instituto Ação da Cidadania ao longo dos anos 90. De acordo com os autores, o programa Fome Zero compreende quatro pontos:

- 1- Acesso aos alimentos (que envolve os programas de transferência de renda)
- 2-Fortalecimento da agricultura familiar
- 3- Geração de renda
- 4- Articulação, mobilização e controle social

Filho e Winckler (2003) pontuam que o Programa Fome Zero foi considerado a mola propulsora do governo Lula em 2003, sendo decidida a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA), que dispunha prioritariamente de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Os autores, que escreviam no ano em que o programa foi implantado, ressaltaram que o programa representava um guarda-chuva de iniciativas sociais, que eram articuladas em três níveis de políticas: estruturais (voltadas ao combate das causas da fome e da pobreza), específicas (responsáveis por ações emergenciais, com atendimento direto às populações vulneráveis) e locais, que eram executadas nas áreas rurais, além das pequenas e médias cidades e regiões metropolitanas (FILHO e WINCKLER, 2003).

Além disso, em 2006, o governo criou o SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que tem como objetivo formular e implementar políticas e planos de Segurança Alimentar e Nutricional. O SISAN foi criado através da Lei 11346:

Esta lei considera que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a SAN da população. Ainda de acordo com a lei, a adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais (CUSTÓDIO ET AL, 2011, p.6).

Assim sendo, no terceiro período das políticas de SAN no Brasil, a questão da renda ganhou um foco maior, junto às políticas emergenciais de distribuição de alimentos, além da maior presença de programas que visavam dar informação nutricional à população.

2.4 Medindo a insegurança alimentar

A insegurança alimentar é um problema de múltiplas faces, e é medida através de indicadores, mas não apenas indicadores econômicos. De acordo com Mitchell, Pessanha e Santos (2008), por tratar-se de um problema multifacetado, existem vários

indicadores que variam suas análises, desde as mais generalizadas, como medir a segurança alimentar de um país, até aquelas que analisam a insegurança por residências.

Alguns desses métodos são o método da FAO, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e a Pesquisa de Orçamento Familiar. Para além desses, Grossi, Silva e Takagi (2001), resumem as formas de quantificação em duas: o método direto e o método indireto. O método direto é relacionado à área médica, e é feito através da medição de déficits calóricos, IMC, taxa de crescimento das crianças etc. Este era o método utilizado por Josué de Castro, que costumava analisar a insegurança alimentar das regiões com base na predominância de doenças que tem como causa a fome ou a subnutrição.

O método indireto é baseado na economia e se utiliza de dados como preço da cesta básica e custo de vida, dentre os dois, esse método muitas vezes costuma ser visto como mais confiável, já que nem sempre os indivíduos com certos problemas de saúde o possuem necessariamente por estarem em situação de insegurança alimentar, mas por motivos alheios a isso. Alguns autores vêm também chamando a atenção para o fato de que o aumento da obesidade pode indicar insegurança alimentar uma vez que às famílias de baixa renda tem a tendência de consumir mais alimentos industrializados de baixo preço.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) utiliza como método o indicador de medida de medida de disponibilidade calórica média diária *per capita* para acompanhar o grau de vulnerabilidade de diferentes países; o indicador de disponibilidade calórica é calculado através do balanço entre alimentos produzidos, exportados, e as estimativas de desperdício, com o valor resultante sendo transformado em calorias e dividido pelo número de habitantes (KEPLE & CORRÊA, 2007).

Os autores Pessanha, Santos e Mitchell (2008) destacam que, dentre as vantagens do método da FAO, está o seu baixo custo, já que praticamente todos os países possuem dados de disponibilidade calórica *per capita*, o que possibilita as comparações internacionais. Apesar disso, os autores destacam que esse método tem a desvantagem de se basear em informações que tem alto grau de imprecisão, além da desvantagem de medir a disponibilidade, mas não o acesso aos alimentos ou mesmo a qualidade nutricional da dieta da população.

Ainda de acordo com Keple e Corrêa (2007), no Brasil, para estimar a magnitude da insegurança alimentar, utiliza-se o estabelecimento de parâmetros de renda necessária ao consumo alimentar e não alimentar básicos da população; o

estabelecimento destes parâmetros parte do princípio de que fome e renda estão intimamente ligados entre si.

No entanto, precisamos ter em mente que os vários métodos trazem consigo a possibilidade erros de medida (GALESI, OLIVEIRA e QUESADA, 2009), sendo recomendável a utilização de mais de um para uma visão mais completa e abrangente (MITCHELL, PESSANHA e SANTOS, 2008), já que não é incomum que existam diferenças de resultados na casa dos milhões, dependendo do método utilizado:

As estimativas descritas apresentam números variando de 21 a 46 milhões de brasileiros em situação de miséria e, portanto, de carência alimentar 21,22. Essas diferenças, na ordem de milhões, são resultantes desses procedimentos indiretos de medida da insegurança alimentar, baseados, cada um deles, em pressupostos próprios e, em geral, atendendo necessidades diferentes. Além disso, essa forma de medir SAN produz informações agregadas, que tornam homogêneos grupos populacionais distintos, conseqüentemente, trazendo dificuldades para análise do impacto das políticas (CORREA e KEPLER, 2011, p.3).

Pessanha, Santos e Mitchell, (2008) descrevem alguns dos outros métodos indiretos utilizados; dentre esses, está a Pesquisa de Orçamentos Domésticos, que utilizam entrevistas com um morador da residência, qualificado como responsável, para obter informações, como a renda total do domicílio, valor total gasto na aquisição de alimentos e no suprimento das outras necessidades básicas, durante certo período de referência.

Os dados, que o método supracitado consideram, são: preços dos alimentos consumidos dentro e fora do domicílio, junto com as quantidades compradas e as despesas efetuadas, alimentos recebidos por algum morador da residência como forma de pagamento por algum trabalho, além dos alimentos produzidos na residência para o consumo.

De acordo com os autores, essas informações permitem estimar o consumo familiar médio, e uma das suas principais vantagens está na possibilidade de realizar medições múltiplas da adequação da energia alimentar dos municípios, variedade do regime alimentar e percentual dos rendimentos gasto com alimentação. Ainda assim, os autores ressaltam que esse método também possui desvantagens:

As desvantagens decorrem de que as pesquisas de orçamentos domésticos investigam a aquisição de alimentos para o domicílio como um todo, e o resultado obtido corresponde não à efetiva ingestão de alimentos por parte de cada morador, mas sim à disponibilidade média per capita de alimentos decorrentes das aquisições no período de referência. A dificuldade em quantificar a parcela da disponibilidade que é suprida ou absorvida pelo estoque doméstico (despesa); a quantidade de alimentos que é desperdiçada ou que não é destinada aos moradores; e ainda, o número de moradores por refeição, termina por inviabilizar uma aferição precisa da ingestão de alimentos por pessoa/dia e, conseqüentemente, a detecção de indivíduos, ou mesmo domicílios, em situação de INSAN (PESSANHA, SANTOS e MITCHELL, 2008, p. 4).

Os autores, acima citados, também destacam outra desvantagem, que é a dificuldade de estimar com precisão o consumo de alimentos fora do domicílio, já que é perguntado apenas o quanto gastaram, mas não o que ou o quanto ingeriram efetivamente.

Além desses métodos, os autores destacam a Pesquisa de Ingestão Individual de alimentos, que usa, dentre outras coisas, informações relacionadas ao consumo alimentar no período pesquisado através de um questionário pré- definido de frequência alimentar, registro do peso dos alimentos ingeridos e análise do conteúdo nutritivo dos alimentos.

Outra importante pesquisa é sobre a Percepção de Insegurança Alimentar e Fome, que possuem o diferencial de levar em conta que a fome é um problema social tanto quanto é um problema biológico. A aplicação deste método é feita através de questionários com uma série de perguntas, que buscam a percepção de angústia frente à possibilidade de não dispor de alimentos regularmente em um futuro próximo, além da percepção do entrevistado a problemas de adequação na dieta.

CAPÍTULO III

A INSEGURANÇA ALIMENTAR EM GOIÁS

Feita a discussão a respeito do processo de modernização agrícola e da segurança alimentar, este capítulo trata da segurança alimentar no Brasil atual e em Goiás. Inicialmente será feita a discussão a respeito da fome no período da pandemia, a nível nacional. Para isso, serão utilizados os dados da PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, além da análise de algumas notícias e do discurso midiático. Logo após será discutido a segurança alimentar em Goiás no período pós-modernização agrícola, utilizando os dados da PNAD e também da Penssan.

3.1- A fome no Brasil de 2020

De acordo com a pesquisa feita pela Penssan, com entrevistas realizadas no período de 05 a 24 de dezembro de 2020 com moradores de 1662 domicílios urbanos e 518 domicílios rurais, 55,2% das famílias brasileiras se encontravam em situação de insegurança alimentar, e 9% conviviam com a fome, ou seja, insegurança alimentar grave. Esta pesquisa, assim como as utilizadas pelo governo brasileiro a partir do início do século XXI, utilizou o método EBIA- Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - o que permite a sua comparação com os resultados das pesquisas governamentais feitas neste século.

A EBIA, de acordo com Corrêa e Leon (2009), vem de um método que era utilizado para medir a insegurança alimentar nos Estados Unidos desde o início dos anos 90, que é também utilizado em países denominados subdesenvolvidos. O método consiste basicamente em uma entrevista, que busca compreender a situação da família através de uma série de perguntas feitas sobre a situação domiciliar nos três meses anteriores à mesma. Corrêa e Leon (2009, p.6) mostram alguns dos questionamentos feitos na versão de 2009:

-Nos últimos 3 meses, a Sra. teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que Sra. tivesse condição de comprar mais comida?

-Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que a Sra. tivesse dinheiro para comprar mais?

-Nos últimos 3 meses, a Sra. ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

-Nos últimos 3 meses, a Sra. ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?

-Nos últimos 3 meses, a Sra. alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida?

-Nos últimos 3 meses, a Sra. alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?

-Nos últimos 3 meses, a Sra. perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?

-Nos últimos 3 meses, a Sra. ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?

-Nos últimos 3 meses, a Sra. teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou?

-Nos últimos 3 meses, a Sra. não pode oferecer a algum morador com menos de 18 anos, uma alimentação saudável e variada, porque não tinha dinheiro?

Este método classifica a insegurança alimentar de acordo com a sua gravidade, podendo variar entre leve, moderada e grave. De acordo com Leão *et al* (S/D) pode-se considerar que uma família está em insegurança alimentar leve quando existe incerteza ou preocupação quanto ao acesso a alimentos, o que envolve risco para: a sustentação e a qualidade da dieta; insegurança alimentar moderada quando aparecem restrições quantitativas que são consideradas relevantes, principalmente entre a população adulta; e insegurança alimentar grave quando existe redução considerada importante da quantidade de alimentos, seja para adultos ou crianças.

Deste modo, quando uma família encontra-se em situação de insegurança alimentar grave, pode-se considerar que ela “passa fome”, por outro lado, é possível deduzir que uma família está em situação de segurança alimentar quando não há nem restrição alimentar nem preocupação quanto à falta de alimentos no futuro.

Assim sendo, a pesquisa da Penssan, para o ano de 2020, indica que, no total, cerca de 19 milhões de brasileiros passavam fome, o que equivale a 9% dos domicílios. É importante considerar que na zona rural a porcentagem é maior, com 12% dos domicílios em situação de insegurança alimentar grave. Além disso, a pesquisa mostrou que apenas 44,8% dos domicílios brasileiros estão em situação de segurança alimentar.

O resultado final é que dos 211,7 milhões de brasileiros em 2020, 116,8 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar; destes, 43,4 milhões não tinham alimentos suficientes, e 19 milhões passavam fome.

Além disso, o relatório da Penssan mostrou que:

Considerando-se o perfil da pessoa referência da família, a IA grave foi seis vezes maior quando esta pessoa estava desempregada, e quatro vezes maior entre aquelas com trabalho informal, quando comparadas com as que contavam com algum tipo de trabalho formal. Avaliando o sexo, a raça/cor da pele e a escolaridade da referência do domicílio, a IA grave das famílias foi maior quando esta pessoa era do sexo feminino, ou de raça/cor da pele autodeclarada preta/parda ou com menor escolaridade. (Relatório da Penssan, 2020, p. 10)

Pode-se afirmar, a partir dos dados supracitados, que a insegurança alimentar aumentou não apenas com o crescimento do desemprego, mas também com o aumento do trabalho informal o que evidencia mais uma vez a relação entre renda e segurança alimentar.

No que diz respeito à questão da cor da pele e escolaridade, podemos ver que o fator cor da pele continua presente, o que tem, obviamente, relações com o passado colonial brasileiro. Ao analisar o PNAD de 2009, Leão *et al* (S/A) comenta sobre o mesmo problema:

Uma outra conclusão de relevância, relaciona-se à elevação substancial da probabilidade de existência de insegurança alimentar para 75,3%, se a unidade observacional de referência for pessoa do sexo feminino, não casado, com escolaridade média de 7,8 anos de estudo, composta por 3,0 indivíduos na unidade familiar, com salário mínimo de R\$465,00, de cor negra ou parda, economicamente ativo, e sem trabalho. Tal constatação reforça a condição de vulnerabilidade destes segmentos da sociedade e, portanto, devem merecer maior atenção na formulação da política pública para garantir maior eficácia (LEÃO *et al*, S/A, p.12)

A respeito da influência da pandemia na insegurança alimentar, o relatório esclarece:

Como esperado, observou-se efeito negativo da pandemia da Covid-19 sobre a SA das famílias, considerados seus impactos diferenciados uma consequência da elevada desigualdade social que caracteriza o Brasil. A IA grave aumentou 19% nos domicílios onde algum(a) morador(a) havia perdido o emprego ou houve endividamento, ambos em razão da pandemia. Domicílios com pessoas que solicitaram e receberam auxílio emergencial viviam com IA moderada ou grave em proporção três vezes superior à média nacional observada. Na área rural, relatos de redução dos preços de comercialização da produção se relacionaram com o dobro de IA moderada ou grave. (Relatório da Penssan, 2020, p. 10)

Assim sendo, o efeito- já esperado- da pandemia sobre a fome foi evidenciado pela pesquisa. Como demonstrado, em 19% dos domicílios onde algum morador perdeu o emprego ou houve endividamento, a insegurança alimentar grave aumentou. Destaca-se que, os domicílios que solicitaram o auxílio emergencial conviviam com IA moderada ou grave, o que indica a relação entre o dinheiro recebido e a compra de alimentos.

O relatório também aponta que as regiões Norte e Nordeste foram as mais afetadas pelo desemprego e endividamento familiar, com cerca de 60% da população solicitando o auxílio emergencial, enquanto nas outras regiões do país o percentual é de cerca de 50%. O estudo mostra que, durante os períodos de 2004 a 2013, o número de pessoas em situação de segurança alimentar aumentou progressivamente.

No entanto, apesar dos efeitos da pandemia de Covid-19, é preciso também nos atentarmos ao fato de que já havia piora na Segurança alimentar em 2019:

Embora seriamente impactado pelo alastramento da pandemia da Covid-19, o agravamento da Insegurança Alimentar (IA) no Brasil revelado no inquérito ora divulgado é parte de um processo que já estava em curso de deterioração das condições de vida de um significativo contingente populacional e do aumento das desigualdades sociais (Relatório da Penssan, 2020, p.13)

Os autores atribuem a piora anterior às políticas de austeridade adotadas pelo governo brasileiro a partir de 2014, que tiveram como consequência os cortes nos programas sociais. Dessa forma, o estudo também mostra que os dados de 2017 e 2018

das Pesquisas de Orçamento Familiar demonstram que os números de insegurança alimentar voltaram ao mesmo patamar de 2004.

3.1.2 A fome de 2020 e 2021 na mídia

O aumento da insegurança alimentar vem ganhando destaque na mídia brasileira, particularmente as notícias sobre famílias buscando restos em caminhões de lixo ou consumindo ossos.

Rigaud, Verthein e Santos (2021) analisando o discurso da mídia brasileira na pandemia, observam que o mesmo tem como pano de fundo a ideologia neoliberal, que responsabiliza os indivíduos pela sua condição de pobreza. Além disso, os autores destacam que a mídia tem a tendência de dar grande importância às políticas assistencialistas, em detrimento das políticas de Estado.

Ao fazerem uma análise de artigos do jornal O Globo, Rigaud, Verthein e Santos (2021) observaram que a condição de fome das famílias brasileiras vem sendo mostrada na mídia unicamente como uma consequência da pandemia de Covid-19, e não como um problema estrutural no Brasil,

Outras notícias analisadas, porém no jornal O Globo, também chamam atenção para uma condição circunstancial de crise, onde a condição estrutural de fome já existente no país é minimizada pelo aumento de indivíduos que, como “consequências do empobrecimento, catam “restos” para se alimentar (RIGAUD, VERTHEIN & SANTOS, 2021, p.10)

Ou seja, o discurso midiático atuou de forma a minimizar a condição de fome já existente no país, que já vinha aumentando antes da pandemia de Covid-19:

Logo, faz-se necessário a compreensão de que os efeitos da pandemia de COVID-19 nos alertam para uma crise econômica, política e alimentar que já existia no país, apesar do status circunstancial e de causalidade apresentado pelos jornais (RIGAUD, VERTHEIN & SANTOS, 2021, p.10)

A seguir serão analisadas algumas notícias veiculadas na *internet* sobre a fome durante os anos de 2020 e 2021. A intenção é mostrar alguns exemplos da

situação atual e a cobertura da mídia sobre o tema. Essas notícias chamaram a atenção popular e são representações da realidade atual da insegurança alimentar no país:

A primeira reportagem escolhida foi “Moradores coletam comida em caminhão de lixo em Fortaleza”¹. Esta reportagem relata que um grupo de moradores estavam coletando alimentos que haviam sido descartados em um caminhão de lixo no bairro Cocó, em Fortaleza, considerado um bairro nobre na região.

Um dos funcionários do supermercado, em entrevista ao G1, disse que a cena vem acontecendo todas as semanas, e que também costumam ver crianças buscando comida no lixo da cidade. O entrevistado também relatou que a cena passou a ser mais comum com a chegada da pandemia.

A segunda reportagem escolhida foi “Pessoas buscam ossos de carne na caçamba de descarte do Mercado, Centro de SP”, também do G1². A notícia mostra que populares estavam buscando ossos de carne em uma caçamba de descarte no Mercado de São Paulo, que é considerado ponto turístico na região. Na reportagem, uma moradora entrevistada diz que mora a cerca de 30 Km do Mercado.

Mais uma vez, um funcionário entrevistado relata que o local sempre foi buscado por moradores de rua, mas que com a pandemia a procura por ossos descartados aumentou. Além disso, a reportagem também mostra que a CEAGESP- Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – localizada na Zona Oeste, também se tornou ponto de procura por alimentos descartados.

A terceira reportagem foi “Com a volta da miséria, mutirões contra a fome se espalham pelo Rio Grande do Sul”, do site Brasil de Fato³. Nesta reportagem, que começa citando o estudo da Pennsan, foram abordados os mutirões contra a fome no Rio Grande do Sul. Devido à ineficiência do poder público, ONG’s - Organizações não governamentais- e movimentos sociais se uniram para criar as cozinhas solidárias. Os alimentos são entregues em forma de cesta básica ou de quentinhas.

De acordo com os entrevistados na região Lomba do Pinheiro, na Zona Leste da capital gaúcha, as cozinhas existem desde o início da pandemia (a reportagem é de outubro de 2021), e somam cerca de 1,2 mil refeições semanais. Na região metropolitana de São Leopoldo, o MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia - junto com as Missionárias do Cristo Ressuscitado - da Unisinos-Universidade do Vale

do Rio dos Sinos - os Sinos -, e lideranças de 15 comunidades mantêm uma atuação em três eixos: cozinhas comunitárias, hortas comunitárias e distribuição de cestas básicas.

A distribuição de cestas é apoiada pela prefeitura local, que adquire alimentos da agricultura familiar e repassa às famílias necessitadas. Os militantes relatam que as cozinhas solidárias já existiam antes da pandemia, mas aumentaram desde que ela se instalou.

Rigaud, Verthein e Santos (2021) chamam a atenção para o fato de que o discurso midiático feito durante a pandemia tem como uma de suas características a visão de que o assistencialismo- no lugar das políticas de Estado- seria necessário ou até suficiente para aplacar o problema da fome,

Além disso, apesar da existência de alguns discursos dos meios de comunicação estudados que reconhecem a fome em seu caráter estruturante e a importância da intervenção do Estado, são as ações assistencialistas caritativas que ganham espaço em meio às múltiplas estratégias de enfrentamento (RIGAUD, VERTHEIN & SANTOS, 2021, p. 10)

Dessa forma, ao analisarmos notícias do tipo, os autores deixam claro que devemos levar em conta a reprodução do discurso neoliberal feito pela mídia. Para além disso, ressaltam a visão crítica a respeito da causalidade da fome

Nesta perspectiva, tendo em vista que a propagação da mídia hegemônica ressoa no imaginário coletivo da sociedade, é necessário se ater a capacidade de estranhamento e distanciamento de práticas cotidianas para uma atenção à leitura destas notícias. Afinal, apesar do “tabu social”[1] ainda se fazer presente nas estruturas contemporâneas, a condição de causalidade não deve ser confundida ao dar a fome um status circunstancial de consequência de um período pandêmico (RIGAUD, VERTHEIN & SANTOS, 2021, p. 10)

A fome tem múltiplos fatores, e, como dito, já apresentava tendência de aumento antes da pandemia. Assim, pode-se concluir que, por mais que a pandemia de Covid-19 tenha causado um aumento na insegurança alimentar, já havia outros fatores contribuindo para esta realidade, fatores esses que antecederam o ano de 2020, como o aumento do desemprego e da informalidade e o corte de gastos envolvendo as políticas de transferência de renda.

3.1.3 Pandemia e aumento de preços

Baccarin e Oliveira (2021) ressaltam que no ano de 2020 a alimentação no domicílio apresentou aumento de cerca de 4,75% no primeiro semestre de 2020, ao passo que a alimentação fora do domicílio, como em hotéis e restaurantes, sofreu aumento de 2,59%. Os autores observam que antes da pandemia ocorria o contrário: a alimentação fora do domicílio costumava apresentar maior aumento de preço com relação à alimentação no domicílio; essa diferença no ano de 2020 se deve ao fechamento temporário de bares, hotéis e restaurantes devido à quarentena.

Na análise de Silva *et al* (2020), em um estudo feito ainda no primeiro semestre de 2020, a possibilidade de brasileiros morrerem de fome durante o período da pandemia- se não fossem tomadas medidas- era real:

Mas há um quadro real acirrado pela crise sanitária e pelas medidas de distanciamento social que vem sendo aplicadas no Brasil, resultando em impactos econômicos profundos nas condições de renda e emprego. Os brasileiros podem morrer por falta do que comer. Assim, ao desvelar essa situação, urge a necessidade de saídas que coloquem a vida e a dignidade humana no centro das decisões e políticas públicas, salvaguardando os direitos humanos (SILVA *et al*, 2020, p.7)

Os autores observam que o conceito de SAN- Segurança Alimentar e Nutricional- traz consigo duas premissas: primeiro, os processos de disponibilidade de alimentos, como produção, comercialização e acesso aos mesmos; segundo, a escolha, preparo, consumo alimentar e sua relação com a saúde e utilização biológica do alimento.

Dessa forma, a segunda premissa diz respeito também às boas condições de preparo dos alimentos. Assim sendo, Silva *et al* (2020) destacam que a ausência de medidas sanitárias corretas, ou seja, ambientes superlotados e sem condições de higiene que impeçam a proliferação do vírus, também interferem na SAN, pois os alimentos não são preparados em ambientes que garantem a qualidade sanitária necessária.

3.2 Insegurança alimentar em Goiás: antes e depois

Leitão (2012) relata que, durante o século XIX, as condições de abastecimento na província de Goiás eram motivo de preocupação tanto para as autoridades quanto para a população. Nesse período, a Capitania de Goiás passava pelo declínio da atividade aurífera e buscava, de acordo com a autora, um reordenamento econômico, que na visão das autoridades seria possível através da consolidação- e expansão- da atividade agropecuária.

Esta autora destaca que a produção de alimentos nesse período era marcada principalmente pelas restrições governamentais devido à atividade mineradora, além das dificuldades estruturais da Capitania, o que favoreceu uma crise de abastecimento de alimentos.

Além disso, outras dificuldades eram as técnicas rudimentares de plantio e criação de animais, as estradas em más condições, que entravavam o escoamento da produção, os ataques indígenas às fazendas e estradas, os altos impostos e o preconceito da população contra o trabalho- que era sempre associado à escravidão (Leitão, 2012). Dessa forma,

Os problemas decorrentes dessas circunstâncias ocasionaram períodos de escassez e por vezes fome declarada, levando a população muitas vezes a comercializar até mesmo aquilo que lhe era reservado ao sustento, buscando nos suprimentos da natureza a saída para a penúria e a fome. O constante incentivo à expansão das lavouras não surtia o efeito desejado, na maioria das vezes, em virtude das dificuldades já mencionadas (LEITÃO, 2012, p. 134)

Essa economia de subsistência só foi superada com a expansão da agropecuária, que foi favorecida pela implantação da navegação a vapor e a inauguração da estrada de ferro, o que assegurou a integração da economia goiana com o resto da nação brasileira (Leitão, 2012).

Estevam (1997) considera que no início da atividade mineradora em Goiás não havia não existia uma preocupação imediata com a lavoura, o que fez com que a fome se tornasse comum em torno dos empreendimentos mineradores.

Castro (1984), no livro Geografia da fome, de 1946, inseriu o Estado de Goiás na área de subnutrição, o que significa que “[...] não são áreas de fome, no sentido

rigoroso da palavra, mas áreas de subnutrição, de desequilíbrio e de carências parciais, restritas a determinados grupos ou classes sociais.” (CASTRO, 1984, p. 252). O autor destaca que essa área era o *Corn-Belt*⁴ brasileiro, porque possuía a maior plantação de milho e o maior rebanho de porcos do país.

Apesar disso, Castro (1984) relata que o Estado de Goiás estava dentre os estados com maior incidência de bócio no país, o que indicava deficiência de iodo. Além disso, o autor observa que a região do planalto central era uma área de “precárias condições de alimentação” (CASTRO, 1984, p.261). Em seu estudo, Josué de Castro não inseriu o Estado de Goiás nas zonas de maior fome no país, que eram principalmente Norte e Nordeste.

Os dados levantados por Lavinias (1998), nos anos 90, mostram que Goiânia teve, junto com outras capitais, uma grande oscilação no indicador do poder de compra da cesta básica, baseado no valor do salário mínimo. No início dos anos 90 uma cesta básica custava menos de meio salário mínimo na capital; no entanto, no ano de 1995 ela chegou a custar mais de um salário, voltando a um valor parecido ao do início da década no início de 1996.

De acordo com o estudo de Bezerra *etal* (2019), as maiores zonas de insegurança alimentar no país nos anos de 2009 e 2010 eram as regiões Norte e Nordeste. No entanto, entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, a maior prevalência de insegurança alimentar se encontrava em Goiás. Nesse período, o estado tinha um total de 37,8% da população em situação de insegurança alimentar, e 2,32% da população era considerada extremamente pobre.

3.2.1 A insegurança alimentar em Goiás de acordo com os PNAD's

O objetivo principal desta pesquisa é estudar a insegurança alimentar em Goiás no período pós 2000. Como dito anteriormente, as pesquisas de insegurança alimentar no Brasil do século XXI foram feitas utilizando o método EBIA. Os números relativos à segurança alimentar foram divulgados junto com os PNAD- Pesquisa nacional por amostra de domicílios.

No entanto, a pesquisa de segurança alimentar não foi realizada em todos os anos após 2000, sendo feita apenas nos anos de 2004, 2009, 2013 e 2017/18. A tabela a seguir mostra a porcentagem geral de insegurança alimentar em Goiás de acordo com os resultados dos PNAD desses anos. É importante deixar claro que as porcentagens consideram a insegurança alimentar independentemente do grau, isto é, (leve, moderada ou grave).

Ano	2004	2009	2013	2017/18
Porcentagem de domicílios em insegurança alimentar em Goiás	34,5%	37,8%	19,6%	36,4%

Tabela 3: Porcentagem de domicílios em situação de insegurança alimentar em Goiás de 2004 a 2018

Como demonstrado na tabela, durante o ano de 2013, Goiás teve o menor índice de insegurança alimentar desde 2004. De acordo com informações nacionais presentes no documento da PNAD de 2013, a diminuição da insegurança alimentar foi uma tendência nacional no ano de 2013. Pode-se inferir que, como houve diminuição a nível nacional, ela deve ter sido motivada principalmente pelas políticas federais, que alcançam o país todo.

De acordo com a análise de Hoffman (2021) a pobreza experimentou uma queda geral no Brasil no período de 2004 a 2009, e também de 2009 a 2013. Apesar disso, a partir de 2014 houve um aumento considerável da pobreza no país, o que explica o aumento expressivo na insegurança alimentar de 2013 para 2017.

O autor deixa claro, também, que o aumento da pobreza no período de 2013-17 condiz com o aumento da insegurança alimentar grave; no entanto, é preciso ter em mente algumas limitações do método EBIA:

Tudo indica que o forte crescimento da insegurança alimentar de qualquer grau de 2013 a 2017-2018 se deve, em parte, ao caráter parcialmente subjetivo da medida de insegurança alimentar, particularmente da insegurança alimentar leve e, com menos intensidade, da moderada. Depois de um período com substancial redução da pobreza (2003-2014), muitas famílias se habituaram a dispender mais com alimentação e a óbvia insatisfação com a piora da situação econômica a partir de 2014 faz com que sejam mais facilmente classificados em situação de insegurança alimentar ao responder as 14 perguntas da EBIA (HOFFMAN, 2021, p.9)

Dessa forma, Hoffman (2021) explicita que o aumento da insegurança alimentar entre 2013 e 2017 se deve, em parte, a própria subjetividade do método EBIA. Hoffman (2021) conclui que, após uma década de redução de pobreza, a redução da renda naquele momento poderia, de certa forma, ter contribuído para a resposta às perguntas.

Hoffman (2013) comparando os resultados nacionais dos PNAD de 2004 e 2009, relata que, apesar da diminuição dos índices de insegurança alimentar moderada e grave, houve um aumento da insegurança alimentar leve. No caso de Goiás, a tabela mostra que houve aumento no IA- insegurança alimentar- no mesmo período. Hoffman (2013) destaca que entre 2004 e 2009 houve um crescimento substancial da renda média dos brasileiros, que foi acompanhado de redução da desigualdade.

O período 2004-2009 se caracteriza pela implantação das políticas de transferência de renda, como o programa “Bolsa Família”. Por outro lado, apesar da maior parte da alimentação do brasileiro vir das pequenas propriedades (agricultura familiar), esse período se caracterizou por um crescimento considerável do agronegócio e das exportações de alimentos.

Mueller (2005) pontua que o valor das exportações do agronegócio passou de U\$ 30,6 bilhões em 2003 para quase U\$ 40 bilhões em 2004; além disso, o autor pontua outro dado para demonstrar o crescimento do agronegócio no período: em 2002 o saldo da balança comercial brasileira foi de U\$ 13,1 bilhões, ao passo que saldo da balança comercial do setor do agronegócio foi de U\$ 20,3 bilhões, além disso, a safra 2003/2004 foi recorde.

Conforme Mueller, (2005) o governo Lula não podia embarcar em uma estratégia radical de reforma agrária, já que, naquele período, esse era o único setor da economia que crescia e contribuía para aliviar as restrições externas do país.

Assim sendo, pode-se perceber que esse período se caracteriza por uma contradição essencial, ou seja: ao mesmo tempo, que se investia em políticas de transferência de renda com o intuito de aumentar os níveis de segurança alimentar, o governo investia também nas grandes propriedades, que produziam para a exportação.

Portanto, mantendo inalterada a concentração fundiária do país, sem uma reforma agrária que possibilitasse a distribuição de terras que, por sua vez, viesse a beneficiar os agricultores de produção familiar gerando mais alimentos destinados ao mercado interno. É possível inferir que há uma continuidade em relação ao que foi feito no período da modernização conservadora.

Como discutido anteriormente neste trabalho, à produção voltada para a exportação é apontada como uma das causas da insegurança alimentar nos países denominados subdesenvolvidos. Em relação a esta questão, em seus dois artigos, Hoffman atribui parte do aumento da IA no Brasil nos períodos de 2004 a 2009 e 2013 a 2017 a subjetividade do método da EBIA. Ainda assim, pode-se notar também uma melhora nos índices de segurança alimentar nesses períodos, apontada pelo método EBIA (Tavares e Lima, 2021).

Apesar dos problemas com o método de medição, podemos notar que o crescimento da insegurança alimentar entre 2004-2009 é menor que o de 2013-2017. Tal fato não se deve apenas ao método de medição, mas também ao aumento da desigualdade econômica no período entre 2015 e 2016, que ocorreu juntamente com o aumento do desemprego, como mostrado pela PNAD contínua (Hoffman, Jesus e Almeida, 2018).

Na análise de Leão *et al* (S/D) do PNAD de 2009, os autores chegaram a algumas conclusões a respeito do perfil do brasileiro em situação de insegurança alimentar: a probabilidade de IA aumentava 75,3% se a pessoa em questão fosse do sexo feminino, não casado, composta por 3 indivíduos na unidade familiar, com escolaridade média de 7,8 anos de estudo, salário mínimo de R\$ 465,00 e cor negra ou parda. Ademais, ser economicamente ativo e sem trabalho também foi considerado. Apesar da ausência de trabalhos posteriores que façam esse tipo de análise, podemos inferir que a situação não se modificou muito com relação ao que era antes e depois de 2009.

O grupo vulnerável apontado pelo artigo de Leão *et al* (S/D) é um grupo historicamente oprimido no Brasil. Dessa forma, estarem em situação de IA ou em mais

risco de IA é consequência de processos históricos que oprimiram certos grupos sociais em nosso país, particularmente os negros e as mulheres, que permanecem, mesmo no século XXI, vulneráveis à violência, desigualdade e pobreza (SCHWARCZ, 2019). De acordo com dados do DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos- em 2020, 65% da população goiana se auto declarava negra, 69% no Mato Grosso e 56% no Mato Grosso do Sul.

No Centro-Oeste em geral, o grupo que possui a maior porcentagem de pessoas com a força de trabalho subutilizada é o das mulheres negras, com 33,1% em subutilização. Em cargos de direção, apenas 1,9% são mulheres negras, e o rendimento médio mensal das mulheres negras é de R\$ 1.904, ao passo que das mulheres não negras é de R\$ 2.751, e dos homens não negros R\$ 3.564. Além disso, em Goiás, 40% das mulheres negras estavam em situação de trabalho desprotegido em 2020.

A partir do contexto descrito acima, confirma-se o que foi dito anteriormente sobre a vulnerabilidade econômica e social desse grupo, não apenas no que diz respeito à insegurança alimentar, que, nesse caso, apresenta-se como um sintoma de uma “doença” maior, que coloca esse grupo vulnerável também ao desemprego, subemprego, violência urbana etc.

3.3 A insegurança alimentar no Centro-Oeste durante a pandemia de Covid-19

Os dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021 da Penssan e do DIEESE analisam o país de acordo com as regiões. Por isso, neste item será analisado o Centro-Oeste como um todo, com exceção de alguns dados do DIEESE que analisaram as capitais.

De acordo com o relatório da Penssan de 2020, 46,7% dos domicílios da região CentroOeste em 2020, apresentavam situação de segurança alimentar. A partir deste dado chega-se a conclusão de que mais de 50% dos domicílios da região partilhavam da condição de insegurança alimentar.

Na pesquisa de 2017-2018, as famílias em IA no estado de Goiás não chegavam a 50%, o que indica um aumento considerável no número de famintos, se considerarmos que os números em Goiás são parecidos com a média geral da região CentroOeste.

Em situação de insegurança alimentar leve estavam 34,6% das famílias. Em situação de insegurança alimentar moderada 11,7%, e em insegurança alimentar grave 6,9%. Em geral, a média do Centro-Oeste permanece próxima à nacional, assim como os PNADs anteriores mostraram sobre o Estado de Goiás. Na média nacional, 44,8% da população estava em situação de segurança alimentar; 34,7% em insegurança alimentar leve; 11,5% em insegurança alimentar moderada e 9% em insegurança alimentar grave.

Ainda de acordo com os dados da Penssan, na região CentroOeste a proporção de insegurança alimentar moderada ou grave é maior nas áreas urbanas do que nas rurais. Além disso, a região CentroOeste, junto com a região Nordeste, foram as únicas onde a maioria dos responsáveis pelos domicílios eram mulheres.

O relatório também apresenta dados relativos à diferença da IA, na zona rural e urbana do CentroOeste. Enquanto na Zona urbana 47% dos domicílios se encontram em situação de segurança alimentar, na zona rural são 44,1%. A diferença não é grande, mas existe. Desses dados, a maior diferença está na porcentagem de famílias em situação de insegurança alimentar moderada: enquanto na zona urbana são 34,1%, na zona rural são 39%.

Os dados do DIEESE do início de 2021 mostram que a cidade de Goiânia estava entre as que tiveram menor taxa acumulada de aumento do preço da cesta básica desde o fim de 2020 e início de 2021, com um aumento de 5,93%. O valor médio da cesta básica em Goiânia no mesmo período foi de R\$ 597, 24, o que custaria 119horas e 27minutos de trabalho.

Na média nacional, eram precisos 115h8m, o que mostra que o preço da cesta básica em Goiânia se encontra acima da média nacional, apesar de sua alta- comparada à média nacional- estar entre as menores do período. O relatório do DIEESE também insere Goiânia entre as cidades brasileiras que tiveram maior alta no preço do óleo de soja, e entre as que tiveram maior baixa no preço do arroz agulhinha.

Como apontado por Tinoco *et al*, (2011) na América Latina há uma tradição de estudos sobre a insegurança alimentar. Esse debate começa a ganhar novos contornos a partir dos anos 90, quando o direito à alimentação foi adicionado na Carta dos Direitos Humanos. Muito embora, os estudos sobre insegurança alimentar no Centro Oeste, e consequentemente em Goiás, ainda são escassos se comparados aos estudos sobre outras temáticas. Portanto, principalmente por ser uma região que se caracteriza pela

grande produção de alimentos, são necessários mais estudos para a compreensão do problema nessa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta dissertação foi possível analisar os efeitos das diferentes políticas do Estado sobre a segurança alimentar. A modernização agrícola, que trouxe consigo a Revolução Verde, se propôs a sanar o problema através do aumento da área plantada e consequentemente o aumento da produção de alimentos.

Silva (1998) analisando as causas da fome, aponta que existem basicamente três teorias: a primeira diz respeito à falta de alimentos, a segunda dá maior importância aos problemas de logística, e a terceira vê na baixa renda da população a principal causa da fome.

Por sua vez, George (1978) aponta mais um problema: a produção voltada para a exportação. Ainda que haja discordância entre os autores sobre uma causa única da fome, neste trabalho adotamos a visão de que a insegurança alimentar é multifatorial; dessa forma, tanto a renda quanto a priorização de uma produção voltada ao mercado externo ganham destaque.

Nestas perspectivas, foi possível compreender a base das políticas governamentais para a segurança alimentar. Políticas como o programa Bolsa família voltaram-se para a questão da renda ao mesmo tempo, que no mesmo período, o agronegócio continuava crescendo. Dessa forma, percebe-se um processo de continuidade com o período da modernização agrícola, em que a grande propriedade continua sendo beneficiada, ao passo que as pequenas propriedades e propostas de reforma agrária vão sendo deixadas de lado.

Como os dados demonstraram, as políticas de transferência de renda foram capazes de diminuir o problema por um período de tempo, mas a crise econômica-somada ao protagonismo da grande propriedade- começou a trazer novamente a insegurança alimentar aos lares brasileiros. Compreende-se, então, que a resolução do problema é complexa, e envolve uma mudança que começa em nossa estrutura agrária, além do aumento de salários.

Em resumo, o processo de modernização agrícola, acompanhado da Revolução Verde, não trouxe o “fim da fome”, apenas o aumento da produção. Os números do PNAD de 2017/18 já mostravam o retorno da insegurança alimentar à patamares

semelhantes aos de 2004, com mais de 30% da população em situação de IA, o que indica que este é um problema multifatorial.

A bibliografia sobre a fome que foi utilizada, como no caso de Castro (1984) e George (1978), foi útil nesse entendimento, já que apontavam a fome como um problema social reversível, ao invés de apresentá-la como um problema cuja resolução é impossível. Apesar disso, a utilização do método direto, como feito por Castro (1984), já não se mostra tão útil em nossos dias, já que as décadas seguintes viram nascerem novas abordagens metodológicas baseadas no método indireto, que utiliza indicadores econômicos no lugar de marcadores biológicos para quantificar a fome.

Referências

ADAS, Melhem. **A fome: crise ou escândalo?** Editora Moderna. São Paulo, 1988.

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)**. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em História). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2013.

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **Revista História: Debates e tendências**. Dezembro de 2018. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/8597>. Acesso em 03/09/2020

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**. Juíz de Fora, 2007. Disponível em https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em 30/04/2020

BACCARIN, José Giacomo; OLIVEIRA, Jonatan Alexandre de. **Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid-19, continuidade e mudanças**. Revista de Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, 2021.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. Agricultura e Indústria no desenvolvimento brasileiro. *In*: ORG. BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O Mundo Rural no Brasil do Século 21**. Embrapa, 2014. Brasília- DF.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Companhia das Letras. São Paulo, 1986.

BESKOW, Gabriela Carames. Marchando para Oeste- Discursos sobre as políticas Varguistas de integração nacional. **Anpuh- XXIV** Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/29-snh24?start=1360> Acesso em 24/10/2020

BEZERRA, Mariana Silva; JACOB, Michelle Cristine Medeiros; FERREIRA, Maria Angela Fernandes; VALE, Diôgo; MIRABAL, Isabelle Ribeiro Barbosa; LYRA, Clélia

de Oliveira. **Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade**. Revista de Ciência e Saúde Coletiva, 2020.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000.

BRASIL, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. 2006.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. Edições Antares. Rio de Janeiro, 1984.

COELHO, George Leonardo Seabra. **Marcha para o Oeste: entre a teoria e a prática**. UFG. Goiânia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2299>. Acesso em: 24/10/2020

CORRÊA, Ana Maria Segall. KEPLER, Anne Walleser. **Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/?lang=pt> Acesso em: 23/05/2020

CORRÊA, Ana Maria Segall; LEON, Letícia Marin. **A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009**. Revista de Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, 2009.

CUSTÓDIO, Marta Battaglia; CYRILLO, Denise Cavallini; FURQUIM, Nelson Roberto; SANTOS, Greice Maria Mansini dos. **Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica**. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634683> Acesso em 11/09/2020

DIEESE. **Em 2021, cesta básica aumenta em todas as capitais**. Nota à imprensa. 2022.

DIEESE. **Brasil: a inserção da população negra e o mercado de trabalho**. 2020.

ESTEVAM, LuisAntonio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

FARIA, Adriano Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Resende. Análise territorial do setor agropecuário goiano- Censo Agropecuário de 2017. **XVIII ENANPUR**. Natal, 2019. Disponível em <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=313#:~:text=No%20Censo%20Agropecu%C3%A1rio%20de%202017%20foram%20identificados%20mais%20de%20152,red%C3%A7%C3%A3o%20de%201%2C9%25>.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FILHO, Calino Ferreira Pacheco; WINCKLER, Carlos Roberto. **Programa Fome Zero: assistencialismo ou emancipação?** Revista Indicadores Econômicos. 2003.

FRANCO, José Benjamin Severino. O papel da EMBRAPA nas transformações do Cerrado. **Caminhos da Geografia- Revista online** do Programa de Pós-graduação em geografia UFU. 2001.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema do armazenamento de grãos**. USP. São Paulo, 2008.

_____. **Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil**. Revista franco-brasileira de geografia, 2013.

GALESI, Lilian Fernanda; OLIVEIRA, Maria Rita Marques; QUESADA, Karina Rodrigues. Indicadores de segurança alimentar e nutricional. **Revista Simbio-logias**, Volume 2 número1. maio de 2009. Disponível em https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/indicadoers_de_seguranca.pdf Acesso em 24/05/2020

GEORGE, Susan. **O mercado da fome**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, (org.); DESLANDE, Suely Ferreira e GOMES, Romeu. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.

GROSSI, Mauro Del; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. **Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil**. IE UNICAMP. Julho de 2001. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/porta/resource/pt/lis-40402> Acesso em 06/05/2020

GUIDOLIN, Silvia Maria. Inovação e modernização da cadeia agroindustrial: a expansão no Centro-Oeste. **GEEIN-** Grupo de Estudos em Economia Industrial. UNESP, Araraquara, 2002.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMAN, Rodolfo. **Insegurança alimentar no Brasil após crise, sua evolução de 2004 a 2017-18 e comparação com a variação da pobreza**. Revista de Segurança alimentar e nutricional. Campinas, 2021.

HOFFMAN, Rodolfo. **Determinantes da insegurança alimentar no Brasil em 2004 e 2009**. Revista de Segurança alimentar e nutricional. Campinas, 2013.

HOFFMAN, Rodolfo; JESUS, Josimar Gonçalves de; ALMEIDA, Sara Soares de. **A distribuição da renda no Brasil conforme a PNAD: 1995-2017**. Texto para discussão do IEPE. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)- Segurança alimentar**. 2004.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)- Segurança alimentar**. 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)- Segurança alimentar**. 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)- Segurança alimentar**. 2017.

LAVINAS, Lena. **Acessibilidade alimentar e estabilização econômica no Brasil nos anos 90**. Texto para discussão nº 591. IPEA. Rio de Janeiro, 1998.

LEÃO, Carlos; MENDES, Calina Nogueira Neves Rodrigues; SANTOS, Leandro de Lima; SILVA, Margot Riemann Costa e. **Insegurança alimentar em Goiás: uma análise a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD 2009**. Sem ano.

LEITÃO, Tania Maria de Maio. **Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX**. UFG. Goiânia, 2012.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.

LUNAS, Divina Aparecida Leonel. **Constituição do Complexo Agroindustrial da soja no Sudoeste de Goiás**. IE da UFU. Uberlândia, 2001.

MANTEGA, Guido. O Governo Geisel, o II PND e os economistas. **Núcleo de Pesquisas e Publicações da FGV**. 1997 Disponível em <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/o-governo-geisel-o-ii-pnd-e-os-economistas> Acesso em 09/03/2021

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira**. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MITCHELL, Paulo Vicente; PESSANHA, Lavínia; SANTOS, Cristina Vannier. Indicadores para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu-MG. Outubro de 2008. Disponível em <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1753> Acesso em 24/05/2020

MUELLER, Charles C. **Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula**. Revista de Política Agrícola. 2005.

NEDER, Henrique Dantas. Trabalho e pobreza rural no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. **O Mundo Rural no Brasil do Século 21**. Embrapa, 2014. Brasília- DF.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Revista Estudos avançados**. 1989. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/hN3hk6JsVVyLBLRrJC9cRyR/?lang=pt#:~:text=A%20vas%20literatura%20que%20se,%C3%A0%20chamada%20moderniza%C3%A7%C3%A3o%20da%20agricultura>.

Penssan- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Inquérito Nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. 2021.

PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região Centro-sul de Goiás**. UNICAMP, 2008.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **O termo modernização conservadora: Sua origem e utilização no Brasil.** Revista Econômica do Nordeste. Julho de 2009.

PIRES, Murilo José de Souza. **O grau de heterogeneidade da estrutura agrícola da região Centro-Oeste segundo os censos agropecuários 1995, 2006 e 2017.** Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. 2020

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** origens de nossa época. Rio de Janeiro:Editora Campus, 2000.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____ **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1942.

RIGAUD, João Paulo de Oliveira; VERTHEIN, Úrsula Peres; SANTOS, Lígia Amparo. **Fome em tempos de pandemia de COVID-19: uma análise crítica aos sentidos (re)produzidos pela mídia.** Revista de Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** Companhia das Letras, 2019.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** IE da UNICAMP Campinas, 1998.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** Editora Hucitec. São Paulo, 1981.

SILVA, Lilian Leandra. **O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 a 80.** Instituto de Geografia da UFU. Revista online Caminhos de Geografia. Dezembro de 2000. Acesso em 01/09/2019

SILVA, Rita de Cássia Ribeiro; PEREIRA, Marcos; CAMPELLO, Tereza; ARAGÃO, Érica; GUIMARÃES, Jane Mary de Medeiros; FERREIRA, Andréa JF; BARRETO, Maurício Lima; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. **Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Revista de Ciência e Saúde Coletiva, 2020.

TAVARES, Lucas Hermanny da Silva; LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Segurança alimentar, composição domiciliar e pobreza no Brasil: um estudo a partir dos**

microdados da PNAD para o período 2004-2013. Revista Planejamento e Políticas públicas, 2021.

TINOCO, Sarah Guerra Gama; MENDES, Juliana Frossard Ribeiro; FIGUEIREDO, Aline Cristino; COSTA, Ana Paula Rezende; LEÃO, Marília Mendonça; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. **Segurança Alimentar e Nutricional na região Centro-Oeste :particularidades e contrastes.** Revista de segurança alimentar e nutricional. Campinas, 2011.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição de Campinas.** 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rn/a/dBtStfvTzwqWjvqOgSL5zqd/abstract/?lang=pt> Acesso em 23/08/2020

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa:** geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2012.